

SUMÁRIO

1 - HERMENÊUTICA – GENERALIDADES	2
2 - HISTÓRIA DA INTERPRETAÇÃO BÍBLICA.....	3
2.1. HERMENÊUTICA ENTRE OS JUDEUS	3
2.2. HERMENÊUTICA CRISTÃ.....	7
2.3. PERÍODO PATRÍSTICO	9
2.4. OS PAIS LATINOS	12
2.5. PERÍODO MEDIEVAL	13
2.6. PERÍODO RENASCENTISTA	14
2.7. PERÍODO MODERNO.....	16
2.8. A HERMENÊUTICA PÓS-MODERNA	17
3 - PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DA BÍBLIA.....	21
3.1. PRINCÍPIO DA CRENÇA NA AUTORIDADE DAS ESCRITURAS	21
3.2. PRINCÍPIO DO SENTIDO USUAL E ORDINÁRIO DAS PALAVRAS	22
3.3. PRINCÍPIO DA ANÁLISE À LUZ DO CONTEXTO	22
3.4. PRINCÍPIO DO DESÍGNIO	22
3.5. PRINCÍPIO DAS PASSAGENS PARALELAS	22
3.6. PRINCÍPIO DA ANÁLISE EXPERIENCIAL À LUZ DAS ESCRITURAS	23
4 - PARTES BÁSICAS DA HERMENÊUTICA BÍBLICA	23
4.1. NOEMÁTICA	23
4.2. HEURÍSTICA	29
4.3. PROFORÍSTICA	30
5 - DESAFIOS DA HERMENÊUTICA PARA OS NOSSOS DIAS	31

1 - HERMENÊUTICA – GENERALIDADES

A palavra “Hermenêutica” vem do termo grego “hermeneúo” que significa “interpretar”. A Hermenêutica é a disciplina que ensina as regras para interpretar um livro, um texto, e, nesse caso especial, o texto bíblico. Em uma outra definição, J. Severino Croatto diz que “Hermenêutica é a ciência da compreensão do sentido que o homem traz para sua vida prática interpretando a mesma através da palavra, de um texto ou de outras práticas... Toda ação humana se converte em sinal que precisa ser decodificado; com maior razão se é o próprio Deus quem confere um sentido aos acontecimentos.” Para Paul Ricoeur “ A hermenêutica é a teoria das operações de compreensão em sua relação com a interpretação dos textos.”

A Hermenêutica abarca, de forma especial, as regras de interpretação que procedem do estudo das características da linguagem humana em geral e de toda a classe de escritos humanos, tanto profanos quanto sagrados. Toda linguagem humana tem seu próprio gênio e idiossincrasias que não conseguem ser definidos em uma tradução literal para outra língua. São modismos, provérbios, idiotismos, peculiaridades gramaticais, referências a costumes locais, os quais poderiam causar problemas de interpretação para aqueles que procuram entender o significado original que o autor quis comunicar, lendo agora em outro idioma. O problema aumenta com relação aos textos bíblicos, visto que o tempo que nos separa dos escritos originais é grande e só há algumas décadas é que os judeus recuperaram seu idioma a nível nacional com a instalação do novo Estado de Israel. Assim, por muitos séculos o hebraico foi uma língua morta, embora preservada nos círculos rabínicos graças ao desenvolvimento do texto massorético. Isto torna as ferramentas da hermenêutica ainda mais importantes e necessárias. Ainda sobre essa vertente, Paul Ricoeur identificou três necessidades do estudo hermenêutico, salientando assim a sua importância:

- A palavra que em princípio foi “pregada”, “falada” e, desde então, enquadrada em formas conceptuais, se transformou, por sua vez, em letra, texto, o que limita-se agora ao processo de canonização. Os cristãos possuem então não um testamento, mas dois testamentos para interpretar. O desafio agora é o do retorno à “palavra” que está antes do texto.
- Existe uma distância cultural (já abordada acima) entre a época das escrituras e a nossa época. Uma das funções da hermenêutica consiste em vencer essa distância cultural para permitir a manifestação na cultura presente daquilo que foi dito em outra cultura e que não é mais do nosso tempo.
- Depois da influência do Racionalismo e do movimento de crítica bíblica o que ficou do texto bíblico foi um sentido de profano ou de um texto qualquer. Entretanto, para o cristão a Bíblia tem um valor particular e o desafio do pós-modernismo é o de compreender e aplicar aquilo que se constitui em “proclamação” a partir de um texto que teve suas passagens dissecadas através do método crítico.

Acrescente-se a isto o fato de que os dias hodiernos apresentam como característica a proliferação de “teologias” de pouca profundidade, nas quais o texto bíblico deixa de ser o ponto de partida e se torna um mero instrumento de confirmação de idéias preestabelecidas, gerando uma distorção da mensagem do texto pelo desprezo ao contexto. As partes básicas da Hermenêutica (No cap.IV, estudaremos mais detidamente cada uma destas partes) são:

- Noemática (do grego noema, “ pensamento”, “sentido”) – constitui-se no estudo dos diversos significados com que o pensamento bíblico é expresso;

- Heurística (do grego heurisko, “achar”, “encontrar”) – é a parte que estuda as ferramentas que serão utilizadas para o encontro dos diversos significados da escritura;
- Proforística (do latim profero, “tirar”, “apresentar”) – é o modo de expor os significados contidos na Bíblia.

Filosoficamente, a Hermenêutica se desenvolveu a partir de três momentos: A compreensão (subtilitas intelligendi), a interpretação (subtilitas explicandi) e a aplicação (subtilitas applicandi). A expressão “subtilitas” denota que se trata muito mais de um saber fazer (know how) que de um método propriamente, o que demandaria não apenas um conhecimento teórico, mas também uma habilidade especial.

Embora estes três conceitos tenham surgido e se desenvolvido progressivamente, hoje são vistos como complementares, estando claro que os dois primeiros são interativos e interdependentes. De acordo com Gadamer: “A interpretação não é um ato complementar e posterior à compreensão, mas compreender é sempre interpretar e, consequentemente, a interpretação é a forma explícita da compreensão”. Embora distinta destes dois elementos, a aplicação é vista hoje como tão imprescindível à Hermenêutica quanto a interpretação e a compreensão. Isto adquire significado ainda maior quando se refere ao estudo das Escrituras onde, muito mais do que um documento a ser dissecado, encontramos uma mensagem a ser transmitida.

É importante também que se faça a distinção entre Hermenêutica e Exegese: Enquanto a primeira é uma ciência que, conforme já foi visto, inclui todo o processo que vai da leitura à aplicação, a exegese consiste na utilização prática de ferramentas da Hermenêutica para o resgate do mundo original do texto. Segundo Croatto, “...a exegese ...procura identificar o sentido do texto, perquirindo o que há ‘por trás’ (autor, tradições, figuras literárias anteriores), enquanto que a hermenêutica soma a compreensão do sentido que está ‘adiante’ do texto”.⁵

A partir de então, deve-se examinar a história da interpretação bíblica a partir dos primórdios do rabinismo. Para tanto, deve-se levar em consideração raízes históricas fundamentais encontradas em Platão e em Heráclito. O primeiro, cerca de 428 AC, em Atenas, partiu do conceito de “Mundo das Idéias”, a partir do qual elaborou o conceito de símbolo e mito. Verdades espirituais eram representadas por alegorias, figuras muito utilizadas também no texto sagrado. Heráclito de Éfeso, entre 540 e 480 AC, estabeleceu o conceito de “huponóia” (sentido mais profundo), cujo objetivo inicial era abordar as obras de Homero, fugindo das implicações óbvias de se interpretar literalmente o que ele escreveu acerca dos deuses gregos (A Odisséia; Ilíada). Observa-se então que a preocupação hermenêutica é antiga. Veremos então como essas raízes históricas encontram eco nos caminhos percorridos pelas hermenêuticas judaica e cristã.

2 - HISTÓRIA DA INTERPRETAÇÃO BÍBLICA

2.1. Hermenêutica Entre os Judeus

Provavelmente, um dos primeiros empreendimentos do uso da Hermenêutica entre os judeus venha da época de Esdras, conforme lido em Ne.8:1-8, onde consta uma menção especial à leitura da Torah nunca dantes vista entre os judeus. Deve-se levar em consideração que a extrema preocupação com a leitura da Torah deu-se após ou a partir do exílio babilônico, por conta do sentimento de culpa nutrido pelos movimentos deuteronomista e sacerdotal, levando assim à mente da comunidade que o exílio era o castigo de Javé ao povo desobediente à sua Palavra. A idéia de reunir pessoas em grupos nesse período culminou mais tarde no projeto de sinagoga judaica (Ez.3:15;8:1;14:1;20:1).

Júlio Treballe Barrera levanta alguns fatores que contribuíram para o nascimento e desenvolvimento da interpretação bíblica no judaísmo a partir das épocas persa e helenística⁶. Em primeiro lugar ressalta que o desenvolvimento do cânon hebraico (Tanach)

exigiu que os escritos mais tardios (literaturas sapiencial, apocalíptica e apócrifa) representassem uma espécie de interpretação e de reescritura de textos e tradições de épocas anteriores. Aliás, isso já era uma prática dentro do próprio texto canônico (comparar o Decálogo em Ex.20, Dt.5 e Jr.17:21-22; ver também a promessa incondicional a Davi que o seu reino será eterno em II Sm.7:12-16 e I Rs.2:1-9, verificando-se como diferencial o cumprimento da Torah). Em segundo lugar, para manter vigentes as leis e instituições do povo judeu e para manter a própria identidade e esperança nas difíceis situações de cada época, era necessária uma releitura e uma nova compreensão dos velhos textos legais e das tradições históricas de Israel. Por fim, a necessidade de traduzir os textos sagrados hebraicos para a língua aramaica falada na Palestina e na diáspora judaica oriental e também para o grego, falado por muitos judeus na diáspora ocidental, obrigava a um grande esforço de interpretação ou de atualização dos textos hebraicos.

Continuando nesse processo histórico, no século III AC aparece a Septuaginta (LXX), primeira tradução escrita do AT, que tem sido também considerada uma obra de caráter interpretativo do mesmo. Justamente por conta desse aspecto tem sido objeto de diversas críticas, sendo que as mais freqüentes apontam para a helenização do texto hebraico. Barrera aponta a tradução de Gn.1:2 “deserto e vazio”, helenizado para “invisível e desorganizado”.

Já Hans W.Wolff, em sua Antropologia do AT, aponta que a LXX descaracterizou o sentido de alguns termos designadores da antropologia judaica tais como “Nephesh” (“goela” traduzida por “alma”) e “Ruach” (“vento”, traduzido por “espírito”), dando um outro sentido ao leitor moderno que encontra os termos helenizados nas traduções atuais que seguem o texto da LXX. Outro fator é o da eliminação de antropomorfismos e antropopatismos. Por exemplo, em Dt.32:10, falando da relação entre Javé e seu povo, o texto hebraico oferece a expressão: “como a menina dos seus olhos”, enquanto que a versão grega omite o pronome “seus” (“...como a menina de um olho”).

Se na LXX a interpretação helenística estava embutida na tradução, nos Targumim a interpretação se localizava na fronteira entre a tradução e o comentário. Em estudos introdutórios já foi visto que o Targum evoluiu com a diminuição do uso do hebraico como língua corrente e a necessidade de se traduzir o texto nas sinagogas para o dialeto aramaico da região. Acontece que o Targum é um jogo entre tradução e interpretação que pode acontecer de duas formas: parafraseando uma tradução literal ou convertendo a própria tradução numa paráfrase verdadeira. A primeira forma é a mais primitiva e corresponde à fase oral dos Targumim (tradução-comentário); a segunda corresponde ao período de escritura quando apareceram Targumim famosos tais como o “ONKELOS” e o “NEOPHYTI”. Abaixo, um exemplo de paráfrase extraído do Targum “NEOPHYTI”:

- Gn.3:15 : “Inimizade colocarei entre ti e a mulher, entre tua prole e a dela, e ocorrerá que quando os seus filhos guardarem a Torah e colocarem em prática os mandamentos, eles apontarão, esmagarão a cabeça e te matarão; quando, porém, abandonarem os mandamentos da Torah, tu apontarás e ferirás seu calcanhar e o farás adoecer; somente o filho dela terá cura e tu, serpente, não terás remédio, pois eles estarão prontos a reconciliar-se no futuro, no dia do Rei Messias”.

Provavelmente, os intérpretes já enfrentavam problemas tais como a explicação de termos difíceis, a necessidade de eliminação de antropomorfismos, a atualização de termos relativos a lugares, povos e instituições, entre outras dificuldades. A isso soma-se o próprio desenvolvimento teológico influenciando a tradução, como foi visto na paráfrase de Gênesis acima transcrita, onde o fator determinante é a preocupação com a observância da Torah.

A. Hermenêutica Judaico-helenística. A interpretação utilizada pelos judeus da diáspora difere bastante daquela utilizada pelos judeus palestinos, cuja interpretação era centrada na prática da Torah. Para os judeus da diáspora helenística, o Pentateuco tinha se convertido num corpo legislativo, baseado numa determinada concepção da divindade mais próxima da razão filosófica do que da revelação do Sinai. Esta concepção divina é demonstrada através das freqüentes referências ao Logos e a conceitos tais como causalidade, destino, imortalidade, etc. Assim os mandamentos bíblicos capacitavam o

indivíduo para o triunfo sobre suas paixões, libertando a alma da escravidão do corpo, podendo assim prosseguir na busca da vida eterna no reino do imaterial. Por essa razão, alegorizava-se o Pentateuco, transformando-se o Deus bíblico em razão pura e transcendente, totalmente espiritual e livre de paixões (daí a ausência de antropomorfismos e antropopatismos na LXX).

Um outro fator determinante na hermenêutica judaico-helenística foi a influência do Gnosticismo. A salvação na história dá lugar à salvação pela gnose, obtida pela revelação sobrenatural dispensada unicamente aos iniciados. Os sinais externos e visíveis do judaísmo (circuncisão, leis alimentares e higiênicas) dão lugar à busca pelo conhecimento pleno e verdadeiro. Dois representantes desta tendência merecem destaque: Fílon de Alexandria e Flávio Josefo.

Fílon, ao mesmo tempo exegeta e filósofo, se caracterizou pelo uso constante de alegorias para interpretar a Torah. Seus estudos eram centrados na lei de Moisés e na sabedoria, com uma adaptação da filosofia platônica, apresentando Moisés mais como um filósofo que como um legislador. Os temas por ele desenvolvidos são mais antropológicos, cosmológicos e psicológicos. Assim, o templo simboliza o mundo (DE ESPECIALIBUS LEGIDUS 1:66); as quatro cores das vestimentas do Sumo Sacerdote são símbolos dos quatro elementos naturais (DE VITA MOSIS 2:88); Adão é o símbolo da inteligência, Eva da sensibilidade, e os animais, das paixões (LEGUM ALLEGORIA 2:8-9, 24, 35-38). Um outro exemplo de interpretação alegórica é o texto da escada de Jacó (Gn.28:12), que significa para Fílon o ar suspenso entre o céu e terra e também a alma situada entre a sensibilidade e o intelecto. O fundamento filosófico para esta hermenêutica está no pensamento platônico, que reza que ninguém deve acreditar em algo que seja indigno de Deus. Assim, quando Fílon encontrava no texto bíblico algo que contrariava sua lógica recorria à interpretação alegórica para explicar o texto. Segundo Battista Mondim, Fílon foi o primeiro a procurar uma síntese entre as Escrituras e Platão.

Flávio Josefo é conhecido como historiador judeu no primeiro século d.C. e, apesar de receber esta designação, demonstra agir hermeneuticamente com relação aos textos bíblicos. Dentro de seu projeto de apresentar a história dos judeus ao público greco-romano a partir de uma retórica helenística, ele resume, sistematiza, amplia e dramatiza as narrativas bíblicas. Por exemplo, no prólogo de “Antigüidades”, Josefo se aproxima de Fílon (OPIFICIO MUNDI) explicando o fato da narração sobre a criação preceder o relato da entrega da Torah: a ordem dos relatos tem por objetivo preparar a obediência daqueles que vão receber a Torah. Da mesma forma, Flávio Josefo e Fílon interpretam alegoricamente a tríplice divisão do Tabernáculo: terra, mar e céus.

B. Hermenêutica Rabínica. Para uma compreensão mais adequada do rabinismo, é necessário conhecer primeiro os conceitos básicos da interpretação escriturística a partir do período persa:

MIDRASH (comentário, investigação) – é a prática da exposição exegética das Escrituras, com finalidade homilética e hagádica. É a ponte que liga a escritura à literatura rabínica. Apresenta-se em três classes: Halakah, Hagadah e Peshet.

HALAKAH (caminhar, guiar) – representa o desenvolvimento da legislação mosaica específica, contendo leis não existentes no texto canônico (ex: 39 tipos de trabalho e outras atividades cujo exercício era proibido no sábado). No próprio texto canônico temos um exemplo de Halakah na proibição do casamento de judeus com mulheres estrangeiras (Esdras capítulos 8 e 10). A Halakah pretendia governar todos os âmbitos da vida de um judeu, desde o amanhecer até o anoitecer, desde o nascimento até a morte. Deu origem ao legalismo judaico.

HAGADAH (narração) – representa a tendência hermenêutica mais livre e edificante, a qual abrange todas as partes não legalistas da Escritura, caracterizando-se mais ilustrativa e menos exegética. Por meio de aperfeiçoamento das narrativas e profecias bíblicas, fomentava-se a fé e a esperança judaicas.

PESHER (interpretação, comentário) – se propõe a atualizar os oráculos proféticos, ligando eventos ou personagens do passado a semelhantes eventos e personagens do presente, dando-lhes um sentido de cumprimento.

MISHNAH (repetição) – constitui-se no resultado escrito da evolução da Halakah, ou seja, gerações de intérpretes identificados com os fariseus desde 150 AC desenvolveram leis orais codificando-as por volta de 180 DC. É a primeira coleção oficial de doutrina judaica pós bíblica de caráter predominantemente jurídico, constando de 73 tratados distribuídos em seis divisões, escritos em hebraico. Evoluiu para a GUEMARA.

GUEMARA (complemento) – Por volta de 550 DC os rabinos elaboraram um comentário complementar à MISHNAH em aramaico como um tipo de suplemento em duas versões: a Guemara Palestinense e a Guemara Babilônica, esta última, a mais completa.

TALMUD (doutrina, ensino) – O Talmud é o resultado final do desenvolvimento da MISHNAH e da GUEMARA, cujo trabalho ficou pronto por volta do final do século IV d.C. É toda uma síntese de tradições, leis bíblicas, comentários sobre a Torah, resultantes do processo hermenêutico iniciado pela MIDRASH.

- As Escolas de Hillel e Shammai – Através do conhecimento prévio da hermenêutica judaico-helenística dos conceitos básicos da hermenêutica rabínica, pode-se entender melhor as interpretações de Hillel e Shammai. Hillel, vindo da Babilônia e de uma cultura helenística no primeiro século a.C., deu pouco ou quase nenhum valor ao fervor apocalíptico e ao messianismo radical de caráter político desenvolvido entre os zelotas. Assim, todo o seu ensino vinha mais da dedução racional que da tradição, servindo-se do jogo de pergunta e resposta próprio do método socrático. Criou sete regras de interpretação, as quais dão ênfase ao estudo exegético das escrituras, deixando de lado a tradição oral. Dentre essas regras, destacam-se: uso do contexto, dedução do especial para o geral (implicações gerais deduzidas de uma passagem), inferência por analogia (palavras que têm significação idêntica poderão ser tratadas igualmente, mesmo que estejam ligadas a declarações muito diferentes), uso comparativo de outras passagens. Percebe-se, então, que Hillel tinha a preocupação sempre nova de atualizar a Torah para os judeus das diversas situações (diáspora, palestinos), o que lhe valeu a acusação de modificador da Torah e de criador de novas leis (Taqqanot). A sua forma de interpretação estava mais afinada com a Halakah, momento em que convertia usos e costumes próprios do seu relativismo, conferindo-lhes valor sagrado.
- Shammai, um outro importante rabino, mais fechado e conservador, e seguidor da tradição, demonstra, em determinados momentos, ser mais aberto e flexível que Hillel na interpretação da Torah. Não aceitando o influxo do contexto e das exigências da modernidade sobre o texto bíblico, demonstra, segundo A. Guttmann (citado por Barrera), a “preocupação em salvaguardar os princípios fundamentais e não tanto uma intransigência absoluta na aplicação prática da lei.”¹¹ Por exemplo, na interpretação do texto de Dt.24:1, sobre o divórcio, o termo “coisa vergonhosa”, com relação à mulher como motivo fundamental para o divórcio significava para Hillel qualquer coisa que desagradasse ao marido (infidelidade, uma palavra mal dirigida, o encontro de uma mulher mais agradável, etc.) enquanto que para Shammai representava apenas a infidelidade conjugal.
- Apesar das grandes discussões e acusações, o debate rabínico estava sempre inacabado e aberto a reconsiderações, correspondendo mais ao estilo dialógico, o que permitia que opiniões contrárias pudessem ser consideradas igualmente verdadeiras e dignas de inspiração. Talvez seja este o motivo por que a teologia judaica nunca tenha chegado a assumir o caráter de dogma, a não ser em momentos em que se viu na tarefa de defender-se de algumas ameaças tais como o Gnosticismo, momento em que fez afirmações sobre o monoteísmo e sobre a bondade da criação.
- Judeus Caraítas – Caraítas ou “beni mikra” (filhos da leitura), oriundos do século IX d.C., cuja seita representa uma reação contra a influência do maometismo no rabinismo judeu e na tradição, defendendo a escritura como única autoridade em matéria de fé, aplicando nos seus estudos métodos de investigação gramatical e lexicográfica, chegando à produção de comentários escritos. Graças a isso, foram apelidados de “os protestantes dentre os judeus”. A palavra que os designa (caraítas) vem do nome da cidade onde se originou o movimento: Qayrawan, no

Egito. Do ponto de vista hermenêutico são eles os que mais se aproximam dos essênios, defendendo o princípio da primazia da lei escrita, a ênfase na esperança messiânico-apocalíptica, e determinadas práticas, tais como: a celebração da festa de Pentecostes, a monogamia e rituais de sepultamento dentro da liturgia de Qumram. Provavelmente os caraitas descendem de uma ala conservadora dos saduceus, os zadoquitas. Estudos e descobertas arqueológicas recentes mostram que os zadoquitas também habitaram o mosteiro de Qumram. A reação dos rabinos ao movimento caraita culminou na conclusão do texto massorético.

- **Judeus Cabalistas** – A palavra Qabbalah significa recepção e designa o conjunto de doutrinas judaicas de caráter esotérico, místico e mágico. O movimento teve sua origem na Espanha e na Alemanha por volta do século XIII, como uma reação contra a filosofia racionalista. Os cabalistas conferiam valor sobrenatural a cada palavra, letra ou mesmo sinal do texto massorético, fazendo combinações numéricas, superposições e substituições de letras e sinais, na busca de sentidos ocultos.

2.2. Hermenêutica Cristã

Como ponto de partida para o estudo da hermenêutica cristã, deve-se levar em consideração que o cânon do AT ainda não se encontrava cristalizado quando os livros do NT estavam sendo escritos. De acordo com Barrera, os primeiros cristãos utilizaram os princípios e métodos da exegese judaica com uma única diferença: a leitura cristológica do AT. A seguir, algumas das características dessa leitura:

A. Seleção temática de passagens do AT. Para desenvolver o tema “Cristo-Pedra” (I Pd 2:6; Ef 2:20; Mt 21:42; At 4:11), a igreja editou os textos de Is 28:16; Sl 118:22 e Is 8:14. Essa técnica é denominada de “testimonia”. Essa prática não foi exclusiva da igreja cristã. Em Qumram há um manuscrito repleto desta prática (4QTest); um destes testimonia edita as passagens de Dt 5:28s; 18:18s; Nm 24:15s e Dt 33:8-11:

“Um profeta suscitarei para eles do meio de seus irmãos, como a ti, e porei minhas palavras na sua boca. E ele lhes comunicará tudo o que eu lhe mandar. Eu mesmo pedirei contas a quem não escutar as palavras que ele pronunciar em meu nome. E pronunciou sua mensagem e disse: Oráculo de Balaão, filho de Peor, oráculo do homem de olhar penetrante, oráculo de quem ouve as palavras de Deus e conhece os pensamentos do altíssimo, que vê as visões do poderoso, cai em êxtase e tem os olhos abertos. Vejo-a mas não é agora, contemplo mas não está perto: uma estrela se levanta de Jacó e um cetro se eleva de Israel, quebra as têmperas de Moab e o crânio de todos os filhos de Set.”

B. Perspectiva Escatológica. A redenção de Deus realiza-se na história, donde vem a idéia de que a geração presente se encontra às portas da consumação final dessa história de salvação iniciada e concluída por Jesus. Essa divisão da história (sem o cristocentrismo) é compartilhada por cristãos e judeus Qumramitas.

C. Leitura Tipológica. Há a compreensão dos elementos do AT como tipos dos elementos que se apresentam no novo pacto. Por exemplo, a criação e a salvação (o segundo Adão) e a aliança através do novo êxodo. Um outro bom exemplo é a leitura que o livro de Hebreus faz do AT.

D. Princípio da Personalidade Corporativa (Corporate Personality). Essa realidade na comunidade de israelitas no AT é transposta para a igreja cristã na sua auto-interpretação como “corpo de Cristo”(Rm.15; I Cor.12:12-31). Os estudos na área de Antropologia do AT feitos por Weler Robinson no início do Século XX mostram com mais detalhes que no AT o indivíduo inteiro está na comunidade e a comunidade inteira está no indivíduo, ou seja uma figura individual pode englobar todas que com ela se relacionam. Essa concepção permite a Paulo falar da existência de todos os homens “em Adão”, ou dos israelitas “em Abraão”. .

E. Jesus e o AT. A primeira coisa a ser trabalhada nesta matéria é o entendimento da escolha textual pela qual Jesus citou o AT visto que em sua época eram conhecidos o texto grego da LXX e o texto hebraico palestinese. Na maior parte das vezes o texto que está nos

lábios de Jesus corresponde ao da LXX (Mt.15:8-9; Mc.7:6-7 comparado a Is.29:13); outras vezes corresponde ao texto hebraico (Mt.11:10 e Lc.7:27 comparado a MI.3:1 e Is.40:3); outras vezes não corresponde a qualquer texto conhecido (Lc.4:18-19 comparado a Is.61:1-2, no qual omite e acrescenta termos). Esse tipo de ocorrência levantou a atenção para uma questão há muito discutida mas que conta com poucas evidências. Como se sabe, Jesus, os discípulos e a Igreja palestinese falavam aramaico, mas os evangelhos foram escritos em grego. A existência de inúmeros aramaísmos no texto grego é um forte indício de que um texto primitivo aramaico contendo os “Logia” de Jesus teria sido traduzido para o grego, utilizando assim preferencialmente passagens do AT oriundas do texto da LXX. Entretanto, é muito provável também que o próprio Jesus tenha modificado ou selecionado partes do texto (conforme visto em Lc.4:18s), o que poderia explicar a falta de relação com a LXX ou com o texto hebraico.

No que diz respeito à sua visão do AT, Jesus considerou as escrituras inspiradas, sem no entanto aceitar a idéia do ditado verbal, conforme fica claro em Mc. 12:36: “Davi mesmo disse no Espírito Santo...” (as palavras são de Davi, ainda que inspiradas pelo Espírito Santo). Além disso, deu ao texto diferentes graus de valorização, na medida em que ajuizou a permanência do casamento, estabelecida em Gn. 2:24, superior à lei, permitindo o divórcio (Dt. 24: 1- 4), conforme Mateus 19.

A partir desta compreensão de sua relação com o AT, é possível estabelecer a forma da hermenêutica de Jesus. Houve momentos em que Jesus modificou o texto para que a profecia tivesse sentido em sua pessoa. Por exemplo, comparar Mt.26:31 e Mc.14:27 com Zc.13:7; em outros momentos Jesus utilizou a forma “Pesher” (relação de um texto do AT com acontecimentos ou personagens da época escatológica que o intérprete crê estar vivendo) conforme formulação em Lc.4:21. Nas questões de ordem moral e religiosa Jesus foi categórico ao usar a forma literal da letra do texto (como em Mt.15:4 e Mc.7:10) mas também, em outros momentos, utilizou a “Midrash” (a expressão “quanto mais” em Mt.7:11; Lc.11:13; típica de Hillel).

Jesus criticou duramente a tradição (conforme visto nos “logia” – sermão do monte) mas, em outros momentos, não hesitou em usar ensinamentos do rabinismo que viriam a constar no Talmud , aplicando-os dentro de sua visão “antropo-teocêntrica” , conforme Mt. 7:12 . Essa maneira flexível de Jesus usar as Escrituras permite-lhe também, ao mexer com a tradição mais antiga, construir uma seqüência lógica de argumentos a partir da própria história judaica para apoiar o seu ensinamento, como em Mt. 12:1-8, na questão do “Sábado”.

Jesus estabelece ainda, no sermão da montanha, que suas leis iam além das leis do AT. Enquanto que os fariseus e escribas interpretavam as leis como proibitivas de ações externas, Jesus buscava um sentido mais profundo, que refletisse as atitudes do coração. Por exemplo, não bastava retrain-se do adultério ou do crime; o homem deve retrain-se da cobiça e da raiva.

De acordo com Viertel, “Jesus usou algumas formas de expressão dos rabinos, mas o conteúdo dos seus ensinamentos era diferente. Ele engrandeceu a presença do Reino de Deus em vez da lei. Ele identificou-se como o cumprimento da profecia ao invés de apontar a vinda do Messias. Ele interpretou o Velho Testamento à luz de uma nova era que raiava, em vez de enfatizar a interpretação de sentenças, cláusulas, frases e até mesmo palavras simples, independentemente do contexto ou da ocasião histórica”.¹³ O fundamental nesse estudo é ver que se a Igreja cristã primitiva construiu uma hermenêutica cristocêntrica, esta nasceu também graças ao uso que o próprio Jesus fez das Escrituras.

F. Paulo como Intérprete. Dentro do estudo da Hermenêutica paulina vale ressaltar algumas de suas características:

- Paulo usa com muita freqüência o texto do AT quando escreve para comunidades de origem judaica (Rm., Gálatas e I/II Co.), mas não o utiliza quando escreve a comunidades com predominância gentílica (Colossenses, Filipenses e I/II Tessalonicenses), o que torna Paulo um exegeta por excelência. Fato mais interessante é que das 93 citações que faz do texto do AT, modifica o texto em 52 casos (ex.: comparar Rm.9:17 com Ex.9:16).

Seria, como dizem alguns¹⁴, uma evidência de que Paulo citava textos de memória, ou que era influenciado pela sua tradição rabínico-midrásica ?

- Como Hillel, procurou adaptar o texto bíblico aos problemas de seu tempo, contextualizando-o (comparar Rm.9:25 com Os.2:21-23).
- Paulo busca elementos de diversas correntes religiosas e filosóficas do seu tempo, dialogando com as mesmas e dando-lhes roupagem cristocêntrica. Abaixo, eis algumas dessas correntes:

G. Essênios. Todos os homens pecaram (Rm.3:23 comparado a I Qh.1:22 ou a Ec.7:20). O texto de I Qh.1:22 é parte da coleção de Hinos ou *hodayôt* encontrados nas descobertas do Mar Morto¹⁵. O homem não pode obter o perdão de Deus pelas obras ou pelo cumprimento da Torah (Gl.2:16 comparado a I Qh.4:30).

H. Rabinismo. Em I Cor.10:1-4, ao relacionar o batismo cristão com a passagem do Mar Vermelho, Paulo alude a textos rabínicos da Gemara Babilônica que justificam o batismo de prosélitos à luz do Êxodo.

I. Filon. Tal qual Filon, Paulo apela para a retórica grega (At.19:8; 28:23) e moderadamente para o uso alegórico (I Cor.9:9-10; Gl.4:21-31).

J. Doutrina Cristã. Sem dúvidas que um dos méritos de Paulo está no fato que ele é um dos responsáveis pela sistematização da doutrina cristã, a partir do que outros, como Agostinho, fundamentam suas interpretações, as quais até hoje são tidas pela igreja cristã (tanto católica quanto protestante) como inspiradas, visto que muito daquilo que se tem como “doutrina bíblica” passa pelo filtro patrístico.

Paulo lançou mão da tipologia para estabelecer a relação entre o AT e Cristo (o servo sofredor, de Isaías 53, representa Cristo; as promessas de Deus a Abraão e seus descendentes tornaram-se as promessas de Deus aos crentes em Cristo, que são o novo Israel). Em outro texto, Adão é considerado como um “ tipo de um que devia vir ” (Rm. 5:14). Sua interpretação do AT é cristocêntrica: Cristo é o cumprimento do AT.

Paulo utiliza a alegoria com um aspecto distintivo em relação aos gregos e rabinos. Enquanto aqueles buscavam a alegoria ou para explicar mitos sobre os deuses ou para dar sentido a algo que contraria sua lógica (concepção do “indigno de Deus” em Platão), e estes usavam as alegorias na busca dos significados ocultos, Paulo encontra nos relatos do A.T. fatos que, sem perder sua veracidade histórica, possuem um sentido espiritual que será encontrado por meio da alegoria (exemplo disso é a interpretação da história de Agar e Sara, aplicada a Israel escravo e livre, em Gl. 4:22-26).

Em Paulo temos o fundamento do conceito de AT , embora a concepção canônica de A . T. só seja estabelecida após a consolidação dos 27 livros do NT. Isto fica evidente em sua declaração de que as escrituras permaneceram encobertas até que o véu foi removido por Cristo (II Cor. 3: 13 – 15).

2.3. Período Patrístico

Após o período apostólico, entram em cena os herdeiros e continuadores da tradição apostólica, conhecidos historicamente como os pais da Igreja. Estes se notabilizaram a partir do 2º século da era cristã.

A. A Hermenêutica no 2º Século. Este período caracterizou-se, na história da Igreja, por um grande conflito: a falta de consenso quanto à aceitação do AT como um livro cristão. Por um lado, havia o desenvolvimento da cultura helenizada como forma e expressão legítima da fé cristã e até mesmo a rejeição do AT (como se vê no pensamento de Marcião, em 144 d.C.). Por outro lado, a não interpretação cristológica do texto vetero-testamentário, sendo ele valorizado como escritura única da Igreja, como se vê no ebionismo, que leva a Igreja à assimilação das práticas legalistas do judaísmo. Provavelmente nesta época, surgiu o último texto do NT, a 2ª Epístola de Pedro. Nele, é interessante notar a inclusão das cartas de Paulo com escritura (3:16), o que pode ter tido a finalidade de enfocar a relação entre o

Antigo e o NT (tão presente nos escritos paulinos). Embora o conflito judaico-cristão remonte aos primeiros tempos da Igreja (At 15; Rm 14; Gálatas), é no segundo século e, principalmente a partir de Marcião, que ganha dimensão de debate sistematizado e confronto escrito. Quando Marcião rejeita o AT, ele o faz porque sua interpretação do texto é literal. Da mesma forma, Clemente Romano, nem chega a utilizar a interpretação tipológica, como fazia o apóstolo Paulo, optando também pelo literalismo. Esta interpretação literal do AT torna as leis de Israel vazias e sem aplicação para os tempos modernos.

Esta rejeição do AT também foi forte entre os gnósticos. Valentino aplica a passagem de Jo. 10:8 aos profetas: " Todos os que vieram antes de mim eram ladrões e assaltantes"; Ptolomeu, mais moderado, divide o Pentateuco em três partes, quanto a sua origem: a primeira parte devida a Deus (o decálogo), a segunda atribuída a Moisés (as leis do Deuterônimo) e a última atribuída aos anciãos (as leis ritualísticas, de pureza e da guerra santa). Em sua carta a Flora, condena essas últimas, as quais conduzem o homem ao mal e, reduz o valor das leis ritualísticas ao tempo para o qual foram escritas. Quanto aos nomes de Deus encontrados no AT (Elohim, El Shaddai, Javé Tsevaoth), os gnósticos os interpretam como referindo-se a deuses distintos, subordinados ao Deus Pai desconhecido (o criador).

Diante das tendências marcionitas e gnósticas, a alternativa para a Igreja cristã quanto à utilização do AT foi a leitura tipológica. Para Justino, o mártir (em DIÁLOGO COM TRIFON e APOLOGIAS), em dura crítica a Marcião, a lei é " tipos " da realidade futura de Cristo e da Igreja. Já a carta de Barnabé é rica em alegorias do AT: os sete dias da criação simbolizam os seis mil anos de duração do mundo, sendo o sábado símbolo do descanso escatológico. O autor dessa epístola ensina que o judaísmo cumpriu a sua missão e que a igreja é herdeira de suas prerrogativas e livros sagrados. Também emprega a GEMATRIA, método no qual as letras das palavras eram convertidas em valores numéricos para uma aplicação escatológica.

Outro pai apostólico, Irineu de Lyon, no final do 2º século, assume um tipo de "exegese de situação" contra o gnosticismo. Se, diante dos judeus, Irineu tende a ser literalista na interpretação cristológica das profecias e alegórico na interpretação da lei e história de Israel, diante dos gnósticos ele é alegórico na interpretação cristológica do AT para poder uni-lo ao NT e tornar Cristo relevante.

Concluindo, pode-se afirmar que a grande questão hermenêutica do cristianismo no 2º século dizia respeito à aceitação do AT e mesmo à sua incorporação ao cânon, questão que voltou a ecoar muitas vezes ao longo da história do cristianismo. A aceitação do AT pelos cristãos não teve um propósito meramente apologético (apontar provas a favor do NT) mas resultou da visão do AT como canal de interpretação da morte e ressurreição de Cristo. De fato, a Igreja se apropriou do AT, interpretando-o como promessa e profecia do Novo.

É interessante perceber o paralelo existente entre a concepção judaica da relação Torah-Profetas e a visão cristã da relação Antigo-NTs. A idéia rabínica concebia a Escritura como Lei e os profetas como intérpretes da lei (razão pela qual Jesus justifica sua atitude liberal em relação ao sábado citando a postura de Davi em I Sm 21:7). Semelhantemente, os cristãos vêem o NT como interpretação do Antigo. Nota-se um indício desta percepção até mesmo na ordem dos livros no AT: enquanto na Bíblia judaica a Torah é seguida dos profetas (NeVI'IM) e escritos (KETUBHIM), na Bíblia cristã, os profetas vêm depois da Torah e dos Escritos, numa ratificação de sua relação com o NT, onde se verifica seu cumprimento.

Esta visão remonta ao início do cristianismo, cuja hermenêutica já se caracterizava por este elemento diferencial (veja-se a hermenêutica de Jesus e de Paulo). É, porém, no segundo século, com o desenvolvimento de alguns questionamentos e dentro do processo de definição do cânon, que estes conceitos voltam à tona. Outra idéia presente na visão cristã do AT é sua interpretação tipológica, a partir da visão do NT como cumprimento do AT.

B. A Hermenêutica no 3º Século. Até o que se tem visto até agora, o problema hermenêutico do segundo século tem sido a leitura do AT e sua interpretação como livro cristão, problema esse que a Igreja resolveu através da apropriação das escrituras judaicas e de suas profecias. Entretanto, a partir do Século III levanta-se uma outra questão que é o

problema hermenêutico da interpretação bíblica em si mesma caracterizada na luta entre o literalismo e o simbolismo e notabilizada através da escola alexandrina, com Clemente e Orígenes, os quais exaltaram a postura hermenêutica de Fílon, no extremo uso da alegoria, em função do conceito platônico do "indigno de Deus".

O primeiro a enfatizar essa linha hermenêutica foi Clemente de Alexandria (150 – 215 d.C.). Para ele existe um sentido oculto de face cristológica em cada palavra ou até mesmo cada sinal gráfico do texto sagrado. É essa linguagem misteriosa que precisa ser decodificada através da alegoria. Compreende, entretanto, que as escrituras têm diversos sentidos: literal e teológico, profético e tipológico, filosófico e psicológico e, finalmente, um sentido místico. Como exemplo do sentido místico, Clemente dizia que a figura da mulher de Lot era símbolo do apego às coisas terrenas que impediam a alma de reconhecer a verdade¹⁶. Insistia ainda que a alegoria revelava a verdade ao verdadeiro discípulo, mas a escondia de outros, pois o objetivo de Deus era ocultar a verdade¹⁷.

Um outro pai eclesiástico da época, Orígenes, se notabilizou por ser o mais erudito de seu tempo. Valeu-se do princípio da racionalidade para interpretar passagens bíblicas que, muitas vezes parecem inacreditáveis, como por exemplo as narrativas de Gênesis (onde existem muitos antropomorfismos e relatos míticos da criação), as quais eram interpretadas por muitos de forma literal. Para Orígenes esses eram os mais simples, que não tinham a capacidade intelectual de compreender o sentido espiritual escondido no texto bíblico através de suas metáforas, símbolos e alegorias. Orígenes crê, no entanto, que existem passagens das escrituras com características literais mas que todas as passagens das escrituras possuem uma vertente espiritual e que a única maneira de se reconhecer o mistério escondido ou a mensagem espiritual é através do uso do método alegórico de interpretação. Orígenes adaptou a tricotomia platônica à interpretação das escrituras, seguindo os passos de Fílon e de Clemente, através da seguinte divisão:

- Sentido Corpóreo (somatikon) – carne – interpretação literal – para principiantes.
- Sentido Psíquico (psiquikon) – alma – para os que já fizeram algum progresso.
- Sentido Espiritual (pneumatikon)– espírito – interpretação alegórica – para os perfeitos, os que são espirituais.

O valor de Orígenes para o seu tempo está no fato que ele elevou a fé cristã ante as críticas externas, as quais enfatizavam a imoralidade do AT bem como a falta de uma explicação lógica e racional da fé em Cristo. Pode-se dizer que ele conseguiu o respeito de não cristãos do seu tempo.

C. A Reação do Literalismo-Histórico do Século IV. Se em Alexandria houve uma grande ênfase da interpretação alegórica das escrituras, em Antioquia, a partir do quarto século houve o rechaço desta tendência e a valorização gramatical e histórica com o retorno da interpretação literal. Essa maneira dentro da igreja síria de interpretar o texto foi grandemente influenciada por exegetas judeus locais e teve como principais expoentes Teodoro de Tarso, Teodoro de Mopsuéstia e João Crisóstomo. Teodoro, por exemplo, excluiu do cânon livros tais como Jó, Crônicas, Esdras, Neemias e Cânticos, por não encontrar neles elementos proféticos, messiânicos ou históricos. Alguns dos princípios defendidos pela escola antioquena foram os seguintes:

- Abordagem Gramático-Histórica, com ênfase na literalidade textual; ressaltavam a historicidade da narrativa e procuravam, em seguida, descobrir o sentido teológico da mesma. Assim, Adão era realmente Adão e o paraíso era realmente o paraíso, contrariando assim o conceito platônico do "Indigno de Deus". Contra os alexandrinos, Teodoro pergunta: "Desde que não há acontecimentos reais, visto que Adão não foi realmente desobediente, como então entrou a morte no mundo e qual o significado de nossa salvação?"
- Com alguma cautela defendiam que algumas passagens podem conter um sentido metafórico, típico, mas de forma diferente do pensamento alexandrino. Por exemplo, em Gl. 4:21-31 o apóstolo Paulo usa o termo "alegoria" para falar dos dois

pactos simbolizados em Sara e Agar. No entendimento dos antioquenos, apesar de Paulo usar o termo, a sua forma de interpretar foi diferente, ou seja, ele não esvaziou o sentido histórico de Sara e de Agar, mas fez analogias e pontes de ligação com o seu tempo.

- Conceito de “theoria” (“observar”, “contemplar”) em oposição à “alegoria”. Nesse conceito estuda-se o estado mental dos profetas quando recebiam suas visões. Para os antioquenos, os profetas, ao receberem suas visões, não viam o futuro, mas o presente, sendo que essa visão era um canal condutor de uma tipologia futura ou ainda de acontecimentos messiânicos. O diferencial aqui é que essa tipologia é considerada a partir do profeta e não de quem o interpreta.
- Buscavam determinar a intenção do autor do texto, pela atenção ao sentido histórico das palavras em seu contexto original.

No final do quinto século, a escola antioquena entrou em decadência, depois de perseguições e contradições internas, como por exemplo, Nestor, considerado herege pela sua doutrina das duas naturezas de Cristo. Entretanto, ainda hoje percebe-se uma influência dos princípios da escola de Antioquia nos modelos ortodoxos da interpretação bíblica na igreja cristã.

2.4. Os Pais Latinos

A Hermenêutica nos Séculos IV e V d.C. Se do lado oriental a hermenêutica foi direcionada para a vertente especulativa, na igreja ocidental a preocupação hermenêutica atingiu questões relacionadas à prática diária dos cristãos, envolvendo a ética e estabelecendo a partir de então o cânon como regra de fé (“regula fidei”). Essa foi a principal preocupação dos pais latinos nos Séculos IV e V d.C., assim chamados por escreverem em latim. Os mais influentes teólogos dessa tendência foram Jerônimo (347-420 d.C. - Palestina), Ticonio (400 d.C. – norte da África) e Agostinho (354-430 d.C. - Hippona, África). Torna-se importante estabelecer uma diferença entre os dois mais notáveis: Jerônimo era conhecedor das línguas bíblicas, o que lhe permitiu ser mais exegeta, produzindo trabalhos e comentários com notas históricas e lingüísticas, culminando na formação do seu mais famoso trabalho, a Vulgata. Agostinho, ao contrário, não conhecia o hebraico e entendia o grego com dificuldades. Notabilizou-se, não como exegeta, mas como sistematizador de doutrinas cristãs. Abaixo, características fundamentais da hermenêutica dos pais latinos:

- Usavam com mais frequência a interpretação literal. Jerônimo, no início de sua vida eclesiológica, adotava prioritariamente a postura alegórica alexandrina, mas influenciado por rabinos palestinos, converteu-se ao método literal. Agostinho, em sua interpretação do Gênesis busca uma linha histórico-literal.
- Com base nessa idéia os pais latinos preocuparam-se com o contexto histórico da passagem. O ambiente do autor original com seus traços lingüísticos e culturais devia ser levado em consideração pelo intérprete, antes de poder aplicar o texto às questões diárias de sua época.
- Apesar da ênfase na interpretação literal também alegorizavam o AT. Aqui há uma semelhança com os antioquenos na medida em que consideravam a existência de um sentido oculto na passagem sem desmerecer sua historicidade, e uma outra semelhança com os alexandrinos, no momento em que se alegorizava quando a passagem parecia contrária a Deus ou à moral cristã (dessa forma procedeu Agostinho em seu comentário ao pedido de Deus para Abraão sacrificar Isac em Gn.22). Esse é o reflexo da convicção antiga que o NT está oculto no AT e que este é iluminado por aquele.
- A preocupação com questões eclesiológicas de caráter jurídico ou prático numa época em que a igreja cristã estava se estabelecendo como religião oficial do império romano. A tendência aqui é a de “fechar” uma interpretação única como sendo oficial, baseada inclusive na tradição de intérpretes anteriores que pensavam da mesma forma que eles (isso foi muito comum em Jerônimo). Ora, a partir dessa época, o elemento dogmático começa a desenvolver-se na igreja. Agostinho deu

grande contribuição com a sistematização de doutrinas, tais como a da Trindade, que até hoje são assimiladas pela cristandade tanto católica quanto protestante, com atribuição de valor inspirativo.

Ora, do que se pode perceber das tendências hermenêuticas dos cristãos do período patrístico, extrai-se o grande conflito entre o literal e o simbólico, apesar de que cada extremo sempre permitia de alguma forma a possibilidade para outra interpretação ainda que de forma diminuta. A apropriação do AT pelos cristãos trouxe consigo grandes questões hermenêuticas que se arrastaram nos séculos seguintes. Aliás, o apóstolo Paulo já falava do problema da oposição entre a “letra e o espírito”, em Gl.3:6, problema existente ainda nos dias hodiernos.

2.5. Período Medieval

A partir do trabalho hermenêutico de Agostinho, iniciou-se um novo período, marcado pela ortodoxia e pelo pouco desenvolvimento da hermenêutica. Prevaleceu, neste período, a concepção de que a interpretação da Bíblia teria que se adaptar à tradição eclesiástica, o que levou a uma ênfase à interpretação alegórica, ao aspecto prático e à fidelidade aos dogmas da igreja. Isto limitou até mesmo a produção literária de textos interpretativos da Bíblia além de impedir o surgimento de qualquer contribuição nova; o trabalho dos intérpretes consistia em repetir os dogmas já estabelecidos pela igreja. Este dogmatismo chegou ao extremo de estabelecer como única tradução considerável o texto da Vulgata.

Depois de um período de quase nenhuma produção nesta área, o final do século XI e o século XII já apresentam o início de certo entusiasmo quanto ao estudo das Escrituras. Nesta fase, diversos comentários surgiram que, embora de pouca inovação teológica, representaram uma boa contribuição ao estudo da Bíblia. É, porém, a partir do século XIII, com o escolasticismo, que significativas construções teológicas começam a surgir. Vale a pena lembrar que o movimento conhecido como escolástica deriva seu nome do surgimento de escolas de teologia nas catedrais, onde se estudava a Bíblia mais academicamente.

As produções deste período apresentavam como características: a riqueza de detalhes, a pouca profundidade nos aspectos histórico e filológico, e um grande valor doutrinal, como reflexo de seu direcionamento. A Bíblia era considerada um livro cheio de mistérios, só podendo ser entendida misticamente. Essa orientação para a leitura espiritual da Bíblia conduz para o fato de que a exegese não é tanto uma investigação sobre o significado de palavras, senão a busca de um sentido para a vida. Por isso, a leitura medieval atualiza imediatamente o texto em estudo, passando a seu valor dogmático sem considerar, necessariamente, seu contexto original, ou o sentido que dele se depreenderia. Uma outra tendência dessa hermenêutica é considerar que se uma passagem do NT interpretava um texto do AT como prefiguração de Cristo, apenas este sentido era considerado verdadeiro, rejeitando-se a idéia original do texto (por exemplo, o texto de Oséias 11:1, aplicado em Mt. 2:15 em relação a Cristo, é visto na interpretação dogmática medieval sem que se considere a possibilidade de o profeta estar originalmente se referindo ao povo de Israel). Preservavam, também, a concepção agostiniana dos quatro sentidos da Bíblia: literal (histórico), alegórico (cristológico), tropológico (moral) e anagógico (escatológico).

Entre os expoentes do período escolástico, vale a pena destacar o trabalho de Tomás de Aquino, cujos comentários nasceram de seu trabalho como mestre. Em seu trabalho exegético, admite a existência de apenas dois sentidos no texto bíblico: o literal, ou histórico, e o espiritual, ou alegórico. Quanto à questão da multiplicidade do sentido literal, já presente em Agostinho, Tomás de Aquino parece rejeitar essa possibilidade, admitindo muito mais facilmente a multiplicidade do sentido espiritual. De acordo com seu modo de ver, o texto do AT já prefigurava Cristo, sendo, portanto a interpretação alegórica a única forma de encontrar o sentido desejado, uma vez que na concepção original do texto já estava presente o sentido tipológico. Esta preocupação com a interpretação alegórica não impediu, no entanto, sua preocupação com a busca do sentido literal como parte do processo de interpretação.

No período da Idade Média houve, portanto, algum avanço quanto à preocupação com o estudo literal-histórico, embora a limitação imposta pelo dogmatismo e o interesse

meramente doutrinal abrissem pouco espaço ao avanço teológico. Houve, inclusive, uma significativa contribuição dos filólogos, principalmente nos séculos XIII e XIV. Esta preocupação, no entanto, começou a decair, lentamente, no final do século XV, quando a interpretação místico-alegórica levou a um descuido do trabalho exegético. Somente no século XVI, a exegese propriamente dita, começa a ganhar um novo espaço.

2.6. Período Renascentista

Depois do longo período medieval, onde a reflexão hermenêutica foi tolhida e limitada para dar lugar ao dogma e ao monopólio da igreja, os séculos XV e XVI assistem ao retorno da preocupação com os textos originais própria do espírito renascentista. Este movimento, de caráter humanista, originou-se na Itália e estendeu-se por toda a Europa, caracterizando-se principalmente por uma volta aos clássicos da antigüidade greco-romana e, do ponto de vista religioso, por uma volta à patrística. Este tipo de postura trouxe de partida três conseqüências rápidas: primeiro, a preocupação com os textos hebraico e grego provocou o surgimento da crítica textual, notabilizando-se aí Johan Reuchlin (aprox. 1518), com a publicação da primeira gramática e dicionário da língua hebraica, e Erasmo de Roterdã (aprox. 1530), com a publicação do NT grego com notas explicativas; segundo, a diluição dos múltiplos sentidos da Bíblia em um único sentido, o gramático histórico; terceiro, as traduções antigas, como a LXX e a Vulgata, têm o monopólio ameaçado pelo surgimento de novas versões, mais relacionadas aos textos originais.

A nova tendência da crítica textual representa, na verdade, uma influência do renascimento cultural sobre a hermenêutica bíblica. Aqui a idéia é que os escritores bíblicos poderiam ser lidos da mesma forma que qualquer outra obra de caráter profano, sendo submetidos aos métodos críticos como defendia Hugo de Groot, calvinista holandês (1583 – 1645). Baruc Spinoza (1632 – 1677) já negava a autoria mosaica do pentateuco e falava em compilação, interpolação e erros de cópia. Esta leitura da Bíblia, que mais tarde vai influenciar a hermenêutica moderna, foi rejeitada pelos reformadores graças à sua ênfase na infalibilidade das Escrituras.

A. **Hermenêutica da Reforma.** É neste momento e contexto histórico que desponta o trabalho hermenêutico dos reformadores. Notabilizaram-se, nesse aspecto, Melancton, Lutero e Calvino, este último considerado o maior exegeta da Reforma, principalmente em função de sua coerência entre as convicções doutrinárias e a postura prática. Embora apresentassem algumas diferenças quanto à interpretação de determinados textos, sua hermenêutica trazia alguns princípios comuns:

- A interpretação das Escrituras não deve ser monopólio da igreja e seu colegiado. Em lugar disso, é estabelecido o princípio de que a Bíblia é interpretada pela própria Bíblia; Lutero declara que “ se são obscuras num lugar são claras em outros” . Isto indica a tentativa de harmonização de passagens difíceis.
- As Escrituras são inspiradas e, por isso, infalíveis; concepção que reforçou a tese da inerrância do texto bíblico. Por isso, não podem receber o tratamento crítico como se fossem um livro qualquer sobre religião.
- Se as Escrituras são inspiradas, para entendê-las o homem não pode prescindir da iluminação do Espírito Santo por causa do estado de cegueira espiritual resultante da queda.
- Os reformadores reconhecem também ao lado da natureza divina das Escrituras uma face humana, a qual obriga o indivíduo a estudá-las e pesquisá-las, principalmente no que diz respeito a alguns textos obscuros que necessitam de uma maior atenção para serem interpretados. Mais uma vez, alude-se aqui ao princípio de que a Bíblia é interpretada pela própria Bíblia, o que requer do exegeta um conhecimento mais amplo e profundo de todo o texto.
- O estudo das Escrituras remete o indivíduo à procura da intenção do autor original, o que significava geralmente o sentido literal da passagem, a menos que o próprio autor indicasse o contrário. Essa tendência indica que o método hermenêutico da Reforma dá ênfase ao sentido literal, gramático-histórico, o que

não significa que não existam passagens com sentido figurado. Entretanto para uma passagem requerer uma interpretação simbólica ela deve ter um influxo do seu próprio contexto, ou de um outro texto da Bíblia que indique claramente esse sentido.

O princípio da interpretação da escritura pela própria Escritura e a compreensão da necessidade de harmonização de passagens, levaram Lutero, inclusive a questionar o cânon estabelecido, ao considerar a carta de Tiago como "epístola de palha", não merecendo seu lugar na Bíblia, por apresentar uma teologia das boas obras incongruente com a mensagem paulina da justificação pela fé (pedra de toque da teologia reformada). O interessante aqui é perceber um princípio hermenêutico visto como regra para o questionamento do próprio cânon, o que deixa em aberto a questão: a que escritura exatamente Lutero se referia, ao considerá-la infalível: ao cânon já estabelecido ou a um novo cânon?

Apesar da rejeição ao monopólio da igreja e da tradição na interpretação bíblica na proposta hermenêutica dos reformadores, a história apresenta um curioso paradoxo, pois uma vez ocorrida a reforma e a oficialização de seus conceitos em alguns Estados europeus, voltou-se ao escolasticismo medieval, e o confessionalismo e a imposição de limites doutrinários à liberdade de investigação mais uma vez esteve presente. Neste período, conhecido como pós-reforma, verificou-se a tentativa de sufocar qualquer interpretação que fosse diferente da dos mentores reformistas. Esta postura, em combinação com o fracionamento do protestantismo, fez com que a hermenêutica passasse a ser usada mais uma vez como um instrumento a serviço do dogmatismo. Berkhof define assim esse fato: "A exegese se tornou serva da dogmática, e degenerou em mera busca de textos-provas".

B. Confessionalismo. Surge justamente da reintrodução do escolasticismo cristão medieval dentro da academia pós-reformista, com ênfase ao sobrenaturalismo e à inspiração verbal das escrituras. Primeiro porque a falta de um intérprete único e infalível da Bíblia (posição até então ocupada pela igreja) possibilitou o surgimento de inúmeras interpretações diferentes dentro do protestantismo. A partir da controvérsia, nasceu a tendência à sistematização e ao dogmatismo, como reação de defesa de cada movimento.

C. Puritanismo. Este movimento teve sua origem na insatisfação com a reforma (considerada incompleta), principalmente na Inglaterra. Ali, como a história registra, os aspectos políticos foram muito mais decisivos que os doutrinários no rompimento com o catolicismo romano. De fato, Henrique VIII não deixou de ser católico em suas convicções. Por isso, a gênese do movimento puritano ocorreu ainda no século XVI, embora seu auge tenha ocorrido no século XVII. Em vários aspectos, a hermenêutica puritana se assemelhava aos pressupostos da reforma: a rejeição da tradição, a aceitação da escritura como única verdade válida e a interpretação cristológica do A.T. Mas a ênfase principal da interpretação puritana era a prática da Escritura; a "consciência puritana" era sua característica mais marcante.

"Eles eram escrupulosos em seu desejo de saber qual era a verdade, não simplesmente para que tivessem um conhecimento teórico sobre ela, mas a fim de que a levassem a cabo e a pusessem em prática a qualquer custo".²¹ A partir desta postura, as doutrinas mais enfatizadas eram a da Graça e a Teologia Pastoral.

Forneceram uma grande produção de comentários e textos de interpretação, embora não consistissem num grupo coeso em suas idéias. O problema é que sua interpretação era também controlada pela posição teológica, o que relembra os sérios problemas da hermenêutica na Idade Média. Em síntese, pode-se citar as principais características de sua postura:

- Valorização da Escritura;
- Rejeição da tradição;
- Uso da alegoria;
- Interpretação cristológica;
- Papel da iluminação na interpretação da Escritura;

- Valorização do sentido literal como o sentido básico;
- Aplicação das Escrituras nas experiências do dia-a-dia.

2.7. Período Moderno

O período moderno, caracterizado pelo surgimento do Iluminismo, movimento surgido no início do século XVIII, tem na verdade seus antecedentes no Racionalismo do século XVII. Este, por sua vez, representa o desenvolvimento do Renascimento Cultural. Como o próprio nome indica, o Racionalismo abandonou a idéia do sobrenatural, optando pelo uso exclusivo da razão, a partir do que se rejeita qualquer possibilidade de interferência divina na história, a qual passa a ser vista sob o prisma do secularismo onde a autonomia humana é priorizada e a revelação e a ação divina são anuladas. A tendência natural desta postura de ordem primariamente filosófica é o esvaziamento do sagrado dentro da Bíblia; milagres e manifestações especiais de Deus (teofanias, epifanias) são desacreditados como eventos históricos.

Como tentativa de unir a religião à razão, surge na Inglaterra o Deísmo, que foi representado, na França pelo filósofo Voltaire. Seu pressuposto básico é que Deus, ao criar o mundo e o ser humano, os entregou à sua própria sorte. Assim, o conhecimento de Deus só é possível a partir do próprio homem, através do uso da razão e da filosofia. O texto bíblico tem sua autenticidade questionada e a autoria mosaica do pentateuco é posta abaixo (Spinoza, em 1670, e Richard Simon, em 1712). John Semler (1780), considerado como o mais autêntico autor do racionalismo bíblico,²³ principalmente por tê-lo elevado à categoria de sistema, negou a inspiração da Bíblia e a origem divina da Escritura, considerando-a como um livro humano cheio de erros e que, por isso, deveria ser submetido aos métodos humanos de interpretação. De acordo com Semler, Cristo teria sido um homem comum, que soube se aproveitar da expectativa messiânica do seu tempo para apresentar-se como Messias; os evangelhos seriam lendas que, posteriormente, idealizaram a figura histórica de Jesus. Que valor teria então a Bíblia na ótica do racionalismo? Segundo o mesmo John Semler, o valor primordial da Bíblia é o do aperfeiçoamento moral do ser humano, e os livros que possuem essa característica devem ser autorizados. Um século antes dele, Baruc Spinoza não era tão conservador: para ele, a Bíblia apela tão somente para as emoções religiosas do homem e seu movimento é o da obediência e submissão mas não o da verdade, a qual só pode ser alcançada pelo uso da razão. Assim a religião torna-se um instrumento nas mãos dos intelectuais para a manipulação de massas.

Uma outra ala de teólogos racionalistas se caracterizou por uma abordagem mais gramatical das Escrituras e tem como representante máximo John Ernesti (1707 – 1781). Ele tentou por um fim às lutas primitivas entre interpretação literal e interpretação alegórica; rejeitou o sentido múltiplo das Escrituras e defendeu que a interpretação alegórica só pode ser aceita quando existe no próprio texto uma indicação do autor nessa direção. Isto equivale a dizer que Ernesti fez uma opção pela interpretação literal do texto. Dentre as diversas características do período moderno destacam-se:

A. Com o avanço da secularização as idéias de revelação, inspiração das escrituras e do sobrenatural foram negadas, pois a ênfase agora é de caráter histórico, onde a autonomia e autodeterminação humanas guiam a história e não determinadas ações de Deus em série, tais quais intervenções a favor de seu povo. Como consequência, os relatos de milagres na Bíblia, principalmente os de Jesus nos evangelhos, são negados (Johann Eichorn e David Strauss, Sec.XIX).

B. A postura do tipo “leia o Novo para entender o Antigo” foi posta abaixo através da gradual separação dos dois testamentos. Essa tendência surgiu a partir do momento em que foi constatado o fim da unidade teológica não só dos testamentos (um em relação ao outro), mas também do testamento em relação a si mesmo²⁴. Há uma procura em entender sobre aquilo que Israel afirmou sobre si mesmo e sobre sua fé. Por conseguinte, há um maior dinamismo no estudo bíblico e na multiplicidade de suas tradições (Ernesti e Semler).

O iluminismo era, em vários aspectos, uma revolta contra o poder da religião institucionalizada e contra a religião em geral.

Por exemplo, o conceito pecado-culpa e sua evolução nas diferentes partes do AT; o conceito de justificação e o conflito fé versus obras em Paulo e em Tiago no NT.

C. As idéias de inspiração e de inerrância das escrituras foram abandonadas a partir da compreensão do cânon como resultado de um processo histórico. O texto bíblico teria um valor local, para a comunidade que o produziu e o recebeu, sem uma ligação com o presente (Semler).

D. Uma forte reação contra o dogmatismo e o controle da exegese pela teologia sistemática; aqui a busca do exegeta é, em primeiro lugar, entender o homem, o pensamento, a cultura, a teologia que estava por trás do texto, utilizando para isso o instrumento da razão, que é a crítica bíblica, tal qual trabalhada nas suas diversas escolas, conforme descritas a seguir:

- **Crítica das Fontes.** Como o próprio nome sugere, o objetivo desse método é o de identificar as fontes escritas (e orais) de que se serviram os escritores para compor o texto bíblico. Uma vez identificadas, a preocupação volta-se para a compreensão da teologia de cada fonte ou de cada bloco de escritos. Os exemplos mais famosos são: a hipótese documentária (Graff-Wellhausen) a qual atribui a autoria do Pentatêuco a 04 estratos-fontes, identificados pelas letras "J" (Javista), "E" (Eloísta), "D" (Deuteronomista) e "S" (Sacerdotal). Segundo a hipótese documentária cada estrato possui características, formas e teologias próprias; os evangelhos sinópticos (Mateus, Marcos e Lucas) cuja curiosidade básica não foi levantada em torno do conteúdo que os três possuem em comum, mas naquilo em que diferem um do outro. Uma das conclusões foi que 95 % do conteúdo de Marcos está espalhado entre Mateus e Lucas. Uma segunda constatação foi que existem materiais que só são encontrados em apenas um dos três e não são comuns. Com base no percentual e na influência de Marcos, concluiu-se também que este evangelho, e não Mateus, foi o primeiro a ser escrito. Essas são algumas contribuições da Crítica das Fontes.
- **Crítica das Formas.** A preocupação principal desta escola é a fase do texto bíblico conhecida como "pré-história" do texto. Nessa compreensão, o texto bíblico se apresenta dentro de formas ou gêneros (sagas, ditos, lendas, etiologias, entre outros) que nasceram dentro de uma determinada "situação de vida" ou *sitz im leben*, um contexto vital, quando a comunidade de fé experimentava o futuro texto na via oral. As formas que essas histórias antigas adquiriram ajudaram a preservação das mesmas na vida do povo sendo mais tarde redigidas. Herman Gunkel (AT) e Rudolf Bultmann (NT) são os nomes mais conhecidos desta escola.
- **Crítica da Redação.** Aqui a atenção não se dirige em princípio às fontes, nem à pré-história oral do texto, mas ao escritor. O que teria levado os escritores a escolherem ou selecionarem fontes, unindo-as num mesmo trabalho? Agora, eles são visto, não como simples escritores, mas como redatores-teólogos. A tarefa da Crítica da Redação é descobrir a teologia desses escritores que, em última análise, é a teologia de sua comunidade.

2.8. A Hermenêutica Pós-Moderna

Mesmo durante o período moderno já estava ocorrendo uma espécie de insatisfação por parte de alguns filósofos e teólogos com o reducionismo racionalista. Dentre eles destaca-se a pessoa de Emanuel Kant, o qual questionou com fortes argumentos contra o racionalismo do Sec.XVIII. Segundo ele é um erro reduzir a religião à razão, pois a religião encontra lugar não no que é puramente racional, mas no que é ético: "nós, seres humanos, somos por natureza seres morais e com base nessa moralidade inata é possível provar a existência de Deus e da alma, a imortalidade, a liberdade e a vida futura"²⁵. Com sua influência, Kant levantou a atenção para outros aspectos da vida do ser humano que não os meramente racionais, dando instrumentos a teólogos posteriores para outras reflexões, como por exemplo, Schleiermacher, o qual será estudado mais tarde.

A. Características do Período Pós-moderno. O que teria influenciado a mudança da hermenêutica moderna para a pós-moderna? Utilizaremos aqui o esboço de Augustus Nicodemus Lopes²⁶, o qual cita Ricardo Gouveia, apontando as principais características do período pós-moderno:

- A rejeição dos chamados “mitos modernos”: o cientificismo, o tecnologismo e o economismo, ídolos de um período utópico, esbarraram na impotência do ser humano, antes otimista, mas depois de duas guerras mundiais, desiludido.
- O Pluralismo inclusivista – O pluralismo não é uma novidade pós-moderna. A partir do movimento iluminista enfatizou-se um tipo de pluralismo que visava a convivência amigável e tolerante das diferentes visões e formas opostas. O pluralismo pós-moderno não quer apenas tolerância mas quer inclusivismo, ou seja, espera-se que as opiniões cedam espaço umas às outras. Diante dessa nova situação, todo discurso que tem a pretensão de impor-se como superior e único é rejeitado, significando, por exemplo, no campo teológico, um golpe no exclusivismo denominacional e no fundamentalismo. É interessante lembrar que os movimentos de estudo bíblico e de representatividade extra-eclesiástica de caráter interdenominacional surgiram um pouco antes da metade do século, portanto dentro desse novo espírito, onde o elemento doutrinário que diferencia um grupo do outro é substituído por crenças básicas gerais.
- A narrativa e o problema da linguagem – Para o pós-modernismo não há nenhum discurso que se aplique indiscriminadamente através de barreiras culturais e não há nenhum absoluto que transcenda diferenças culturais. Tudo o que há são narrativas intracomunitárias, válidas dentro dos limites de suas tradições culturais. O pós-modernismo questiona discursos unívocos e que apresentam o autor como “autoridade” e o leitor ou destinatário como aprendiz. O sentido do texto é determinado no momento da leitura, à medida em que ele interage com o depósito discursivo e ideário do leitor.

B. Vertentes formadoras das hermenêuticas bíblicas atuais.

- A vertente teológico-psicológica – O personagem principal desta linha hermenêutica foi, sem dúvida, Friedrich Schleiermacher (1768-1834), o qual seguindo os passos de Kant, também desvinculou a religião da razão. Para ele, a religião não é um conhecimento, como pretendiam os racionalistas e os ortodoxos, nem mesmo uma moral (Kant); antes, a melhor palavra que pode defini-la é “afeto” (do alemão *gefühl*) . Para ele, esse afeto é religioso e não algo que apela aos sentimentos ou a uma emoção passageira de uma expressão de culto, mas que está ligado fortemente ao sentimento que nos permite, em primeiro lugar, tomar consciência da existência daquele que é superior à própria existência e base dela; em segundo lugar, o “afeto” é o sentimento que nos leva a reconhecer nossa dependência absoluta de Deus. Essas duas definições de “afeto” nos levam ao pensamento que em Schleiermacher a religião constitui-se no gosto pelo infinito. A função da teologia consiste em expor e atualizar essa idéia da dependência divina. A distinção entre o que é natural e o que é sobrenatural deve ser rejeitada, não porque se oponha à ciência moderna, mas porque limita o nosso sentimento de dependência de Deus àqueles momentos em que se manifestam as coisas sobrenaturais. O modelo utilizado por Schleiermacher foi o estudo psicológico das escrituras através do entendimento das idéias dos seus autores, que eram humanos. Deixando para trás o conceito de inspiração das escrituras, defendia que a Bíblia reflete tão somente as idéias de seus autores e só pode ser entendida porque existe uma unidade do espírito humano que liga homens de todas as épocas e de todos os lugares uns aos outros. Ao valorizar a experiência religiosa do caráter universal e residente no indivíduo, Schleiermacher reduziu o cristianismo a uma experiência subjetiva e centralizou a teologia no homem deixando de lado a revelação através da Palavra. Com isso, abriu caminho para hermenêuticas centradas no leitor, como por exemplo, a vertente filosófica de Gadamer.
- A vertente Exegética – Aparece aqui a pessoa de Rudolf Bultmann (1884-1976), considerado um dos maiores eruditos em NT do Século XX. Notabilizou-se a partir

de sua exegese da demitização . O que seria a demitização em Bultmann? Ricoeur, interpretando Bultmann, diz que demitizar “consiste em desfazer a engrenagem conceptual por meio da qual foi constituída uma visão do mundo que já não é mais a nossa, visto que pertence à uma época pré-científica”²⁸. Para chegar ao seu conceito de demitização, Bultmann parte do princípio que toda a interpretação da revelação pressupõe uma pré-compreensão e esta, por sua vez, implica essencialmente uma filosofia. Ora, é justamente essa pré-compreensão dos primeiros discípulos de Cristo caracterizada pela visão místico-metafísica²⁹ que Bultmann acreditava ser incompreensível e absurda para o homem moderno, mais dirigido pela mentalidade científica e pela orientação existencial. A partir daí, Bultmann pregava a necessidade de demitização da mensagem cristã, tirando aquela roupagem místico-metafísica, traduzindo-a em categorias existenciais, as quais constituem a pré-compreensão do homem moderno. Por isso, se o pregador moderno não quiser expor a mensagem cristã à falência total, deverá procurar descobrir o significado mais profundo que está escondido sob as concepções mitológicas e interpretar tais concepções servindo-se da auto-compreensão que o homem do Século XX tem de si mesmo. A hermenêutica de Bultmann foi influenciada pela filosofia existencialista de Heidegger (seu colega de classe), o qual defendia que a hermenêutica significa simplesmente o processo de interpretar o ser. Essa maneira de interpretar não dá atenção à perspectiva do autor, mas àquilo que se expressa no texto, independente do autor. Para Bultmann, no processo de leitura acontece a auto-interpretação do leitor, que se processa no nível de suas preposições. Segundo Bultmann, a pré-compreensão místico-metafísica caracteriza-se pelo uso predominante da referências às potências sobrenaturais e a um mundo habitado por espíritos, deuses, potestades, os quais sempre intervêm na história dos homens; um mundo dividido em três andares: o céu, onde habitam Deus e os seres celestiais; o inferno, como o mundo subterrâneo e lugar da pena divina; a terra, como palco dos acontecimentos naturais e cotidianos, mas também como campo de batalha entre Deus, os seres celestiais e Satanás e seus demônios.

- A vertente Lingüística - Os lingüistas em geral concordam que o estudo da lingüística é uma coisa antes e outra depois de Ferdinand de Saussure (1857-1913), lingüista suíço que deu à lingüística status de ciência.³⁰ A partir da descoberta do Sânscrito, na segunda metade do Século XVIII, Saussure desenvolveu uma teoria segundo a qual existe uma estrutura lingüística comum a todos os povos e que consiste na elaboração feita pelo cérebro de um sistema fechado de códigos que se organizam de acordo com um padrão universal. Muito embora existam idiomas diferentes, todos eles operam a partir de uma base estrutural que se desenvolve a nível inconsciente.³¹ Mesmo que o autor de uma passagem tenha escrito com uma intenção consciente, transmitiu inconscientemente uma série de outros sentidos através desta base estrutural que governa todas as línguas. A tarefa principal do lingüista (exegeta bíblico) é estudar esta estrutura. As idéias de Saussure estão condensadas através de dicotomias, das quais as mais importantes são:
 - Língua versus fala (langue versus parole) - A língua é um conjunto de hábitos lingüísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender. Do ponto de vista funcional é encarada como um sistema de signos distintos correspondentes a idéias distintas, mas de tal forma organizados para atingir a um determinado fim, ou seja, palavras unidas com normas de combinação para traduzir idéias. Já a fala é o lado executivo da língua cujo domínio é da inteligência e da vontade do indivíduo, o qual manipula combinações de forma que intenta exprimir seu pensamento pessoal.
 - Sincronia versus diacronia - o objetivo aqui é distinguir no estudo da língua uma visão descritiva de uma visão histórica. Saussure procurou despertar a consciência daqueles lingüistas que para explicar determinados fenômenos recorriam ao passado e à evolução da língua. Tais métodos eram diacrônicos pois se preocupavam excessivamente com a história do texto, seu surgimento, seu desenvolvimento, seu contexto, sua gramática; a análise

sincrônica, por outro lado, procura ver o texto em si mesmo, sem relação com o progresso histórico do qual faz parte. O exegeta neste caso concentra-se na presença literária do texto como um todo no mundo de narrativa construído pelo autor. Por exemplo, os autores dos evangelhos pintaram quadros e criaram mundos de narrativas, buscando causar efeitos nos leitores.

- A vertente Filosófica - Desde os tempos mais antigos, a luta entre o que é alegórico e o que é literal dentro da igreja cristã tem movimentado o ambiente da hermenêutica, notadamente pela influência do platonismo, presente na escola alexandrina e do aristotelismo, próprio da escola medieval. No início do século XX, houve uma mudança na forma de pensar sobre as relações existentes entre o escritor, o texto e o destinatário. Isso se deve ao trabalho do filósofo alemão Hans Georg Gadamer, cujo fundamento principal é a hermenêutica do tipo Reader Response, cujos conceitos básicos são:
 - O conceito de fusão de horizontes - "Horizontes" são os mundos vivos do autor e do leitor que se fundem quando ambos se encontram no texto. O leitor expande o horizonte do texto ao apropriar-se dele em uma nova situação histórica; o texto, em troca, impulsiona o leitor a desafiar e expandir as estruturas e pressuposições que traz consigo. Em resumo, a hermenêutica de Gadamer se move do autor e do texto para uma união entre o texto e o leitor com raízes no presente em vez do passado: interpretar é aplicar.
 - O conceito da importância das pressuposições do leitor - Aduz-se aqui a dicotomia de Saussure sobre diacronia e sincronia. O sentido de um texto não é encontrado na pesquisa diacrônica em busca do sentido original e histórico do texto, mas através do diálogo com o texto no presente sem nenhuma preocupação com a intenção do autor, como faziam os exegetas da escola da crítica da redação. Agora, contrariando a perspectiva negativa que o racionalismo tinha sobre as pressuposições do leitor na interpretação, Gadamer afirma que essas pressuposições são a chave para a compreensão de um texto. Esse conceito veio mais tarde influenciar as hermenêuticas de libertação.
 - O conceito subjetivista - Gadamer não estabelece qualquer critério para definir se uma interpretação é falsa ou verdadeira. Segundo ele, todas são verdadeiras para quem lê, numa clara demonstração de relativização da verdade e de subjetivismo, onde cada nova leitura pode produzir sentidos diferentes e inovadores até para o mesmo leitor, e nenhum deles conflitante com os demais.
 - Desconstrucionismo - Outro expoente da vertente filosófica é o francês Jacques Derrida (nascido em 1930 e falecido em 8.10.2004), considerado como o pai do desconstrucionismo. Segundo esta linha hermenêutica, surgida em meados da década de 1960, não há uma única verdadeira interpretação de um fato, de um texto ou discurso mas muitas interpretações igualmente válidas. Esta postura é, na verdade, uma ampliação do princípio do pluralismo que, neste caso, vai além do inclusivismo e propõe não apenas a aceitação e assimilação de pensamentos diferentes, mas a inexistência de uma verdade absoluta. A desconstrução surgiu nos textos de Derrida como parte de uma crítica abrangente ao pensamento ocidental. Ela é um dos termos de uma equação filosófica complexa elaborada em vários livros. Trata-se de uma estratégia "subversiva" de leitura que parte do princípio de que qualquer texto, por mais que almeje à clareza e ao rigor, sempre contém pontos cegos ou módulos de ambigüidade que, devidamente explorados, permitem desfazer as amarras lógicas do raciocínio, inverter suas premissas, anular sua hierarquia de idéias. O desconstrucionismo abriu portas para minorias que se sentiam marginalizadas por aquilo que consideravam o "substrato autoritário e opressor do pensamento ocidental", como por exemplo, as feministas. Entretanto, para Derrida, há coisas que não podem ser desconstruídas, a saber, justiça, amizade e democracia.

3 - PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DA BÍBLIA

No decorrer da história da Hermenêutica foram se formando as diversas tendências de interpretação da Bíblia, aliadas a alguns princípios de utilização na tarefa sempre nova e desafiadora de atualização do texto. Geralmente os teólogos dividem essas tendências em quatro escolas de interpretação: a escola gramatical, a escola histórica, a escola teológica e a escola crítica. A escola gramatical lida com o sentido das palavras ora isoladamente (sentido etimológico), ou então com o texto como um todo, levando ainda em consideração questões relativas ao contexto lingüístico, histórico, social, político e religioso. É nesse aspecto que se confunde com a escola histórica, a qual lida com o ambiente em que foi formado o texto bíblico. Esse ambiente é o ambiente do autor e do seu povo. Aqui, o lugar, o tempo, as circunstâncias e as concepções do ambiente formador da Bíblia são vistos como importantes para a interpretação dos textos. Como afirma Louis Berkhof ao utilizar-se desses princípios, o interprete transporta-se mentalmente para a época em que o texto foi escrito. Já a escola teológica, zela pelo princípio "escriturístico" da Bíblia, ou seja, o caráter místico da Bíblia, enquanto Palavra de Deus. A tendência dessa escola é tornar os testamentos como uma unidade principalmente no que diz respeito à doutrina da redenção que une tanto israelitas no AT quanto gentios do NT. Uma das marcas desse caráter místico da Bíblia é a interpretação tipológica das escrituras, a qual será estudada no próximo capítulo. Aqui mística-tipo-símbolo constituem uma realidade inseparável. Finalmente, a escola crítica, a qual possui seus precedentes na busca de um diálogo entre a linguagem científica e a linguagem religiosa própria dos séculos XVII e XVIII, tem, como uma de suas características principais, a utilização de métodos científicos na interpretação dos textos. Identificando-se com a escola histórica, a escola crítica busca conhecer o texto a partir do autor e do seu ambiente, respeitando a antropologia do momento e as categorias sociais; identificando-se também com a escola gramatical, procura identificar categorias de linguagem próprias da cultura local através do método da história das formas, da crítica textual e da história da redação. Do ponto de vista teológico, ao contrário da escola chamada teológica, a escola crítica procurar entender a teologia enquanto evolução na história, seccionando períodos e tendências teológicas, desistindo assim da idéia da unidade dos testamentos, visto que, segundo ela, na Bíblia encontram-se diversas teologias. O diferencial da escola crítica é a sua proximidade da Psicologia, da Antropologia, da Filosofia e principalmente da Sociologia. O texto é entendido primeiramente no seu ambiente formador e, depois, por analogia, é entendido em um novo momento, sempre numa ênfase nova onde a perspectiva da comunidade é determinante na interpretação do texto.

Ao estudarem as escolas de interpretação bíblica, os teólogos geralmente dividem os princípios hermenêuticos, separando-os por tendência, quer seja gramatical, quer seja histórica, quer seja teológica, quer seja crítica. Em nossa abordagem evitaremos as classificações, sugerindo apenas alguns princípios válidos para a leitura de textos bíblicos. No contato com o estudante da Bíblia em laboratório, faremos as devidas identificações.

3.1. Princípio da Crença na Autoridade das Escrituras

O primeiro princípio a ser abordado é o da crença na autoridade das Escrituras. Se a Bíblia é submetida à razão ou mesmo à tradição ela deixa de ter autoridade sobre a vida de uma pessoa. Por exemplo, o que o catolicismo ensina sobre Maria é uma leitura das Escrituras a partir da influência da tradição³⁴, o que pressupõe que a crença na autoridade da tradição é superior à da autoridade das Escrituras, embora a nível teórico se afirme o contrário. Entretanto, pretende-se aqui dar um novo sentido à autoridade das Escrituras, visto que tem sido, usada por linhas tidas como "biblicistas" para consolidar ensinamentos por demais alienadores. A autoridade da Bíblia não existe para fundamentar princípios de história geral, matemáticos e científicos. Daí a incapacidade da Igreja de conviver com descobertas científicas que "abalaram" a crença na autoridade das Escrituras, tais como as de Copérnico e de Galileu Galilei. A autoridade das Escrituras não existe para defender as Escrituras em si mesmas, a sua inerrância ou a sua infalibilidade, mas para revelar ao ser

humano a vontade de Deus, sua misericórdia, seu amor, trazendo ao homem novamente a condição de amigo de Deus (II Co. 5:18-19), existindo ainda para conceder a esse ser humano princípios para viver de acordo com a vida de uma nova criatura em Jesus Cristo. Em suma, o que se quer dizer é que a autoridade das Escrituras existe em matéria de fé.

3.2. Princípio do Sentido Usual e Ordinário das Palavras

É de suma importância tomar as palavras no seu sentido usual e ordinário. O primeiro passo para se determinar o sentido de uma palavra é a busca do seu significado, o qual é o valor denotativo da palavra. Um bom exemplo é a palavra "cordeiro" em Ex. 12:3 e em Jo. 1:29, onde significa o animal reservado ao sacrifício. No passo seguinte, a palavra em questão é interpretada à luz das palavras ou sentenças que precedem ou seguem à mesma. Por isso, pode-se dizer que em Ex. 12:3 a palavra "cordeiro" possui um sentido próprio ao significado e em Jo. 1:29 possui um sentido metafórico ³⁵. Outro exemplo é a palavra "Fé", geralmente entendida como "Confiança". Esta palavra tem em Gl. 1:23 o sentido de "crença", "doutrina"; em Rm. 14:23, "convicção"; em Hebreus 11, "confiança" nas promessas divinas atestada pelo testemunho dos que crêem. Outro termo é a palavra "carne" que em Rm. 3:20 traz a idéia de "pessoa"; em Ezequiel 36:26 tem o sentido de uma "disposição maleável à obediência"; em Ef. 2:3, "desejos licenciosos oriundos da velha natureza"; em I Tm. 3:16 tem o sentido de "forma humana".

3.3. Princípio da Análise à Luz do Contexto

Além de buscar o contexto literário, analisando a palavra dentro das demais palavras ou sentenças, é essencial estudar o texto à luz do ambiente que o produziu, ou seja, à luz do seu contexto histórico, socio-cultural, religioso, político e geográfico. É intrigante para a pessoa que lê o evangelho pela primeira vez o texto de Jo. 4:9, no texto que relata o encontro entre Jesus e a mulher samaritana, onde aparece uma observação dizendo que os judeus não se davam com os samaritanos. Entretanto o texto não diz porque. Sugere no verso 20 uma briga religiosa. Entretanto as razões dessa briga são esclarecidas pelo contexto histórico-religioso, o qual leva o estudante da Bíblia para o ambiente pós-exílico do IV século a C., com a repatriação dos judeus em meio à povoação de árabes e de pessoas oriundas das misturas raciais advindas da invasão assíria no reino do norte cerca de 700 a C., culminando com divisões políticas na família sacerdotal judaica e a construção de um templo no Monte Gerizim para competir com o Templo de Jerusalém. A postura de Jesus diante do ódio dos judeus exposta no corpo do texto do capítulo 4 de João representa uma quebra de fortes paradigmas na medida em que se conhece o contexto.

3.4. Princípio do Desígnio

É preciso levar em consideração o desígnio ou objetivo do livro ou passagem onde ocorrem as palavras. Por exemplo, o estudo geral das cartas de Paulo aos Gálatas e aos Colossenses com o conhecimento do contexto das mesmas, revela o ambiente de confusão doutrinária causado pelos erros dos judaizantes que queriam subverter o evangelho da liberdade em Cristo Jesus, reduzindo-o à Lei com a observância de dias e cerimônias judaicas e da falsa filosofia. Nesses casos durante todo o corpo do texto aparecem com frequência palavras que denunciam esse ambiente. A insistência do autor em usar alguns termos, como por exemplo, o termo "rudimentos do mundo" em Gl. 4:3,9,11. Se lido isoladamente, o termo pode sugerir algum tipo de prática oriunda do paganismo e da carnalidade própria do velho homem, mas quando lido à luz do contexto e do livro como um todo, o termo apontará para as práticas legalistas que eram colocadas pelos judaizantes como obrigatórias e integrantes para o verdadeiro cristão.

3.5. Princípio das Passagens Paralelas

Com bastante cuidado é importante consultar passagens paralelas. O conjunto de passagens que combinam entre si podem levar o estudante ao conhecimento de uma

doutrina ou idéia. As "marcas de Cristo" reclamadas por Paulo em II Co. 4:10, II Co. 11:23-25 e Gl. 6:17, são alusões que o apóstolo faz dos seus sofrimentos e das perseguições advindas de sua opção a favor do evangelho de Cristo.

A partir deste princípio pode-se assumir que o texto bíblico, na verdade, possui um único sentido, a saber, o literal. O sentido literal não é o sentido "ao pé-da-letra", mas é o sentido da intenção do autor. E o autor pode ter usado palavras com formas metafóricas, ou formas próprias ao seu significado. O sentido literal é o que o autor quis dizer.

3.6. Princípio da Análise Experiencial à Luz das Escrituras

De acordo com W.A. Henrichsen ³⁶, deve-se interpretar a experiência pessoal à luz das Escrituras e não as Escrituras à luz da experiência pessoal. E aqui temos uma delicada premissa que, quando comparada às afirmações da Hermenêutica pós-moderna pode levar o princípio a duas vertentes. Por um lado, admite-se que não é recomendável imprimir sobre o texto e o seu resultado hermenêutico, ou seja, sua interpretação local, a experiência da pessoa, no sentido de fazer o texto significar o que ela queira que ele signifique ou mesmo o que ela precise que ele signifique. É justamente aqui que nascem as interpretações de conveniência tão comuns à época em que vivemos. Por outro lado, existe aquilo que R. Lapointe ³⁷ chama de "Circularidade Hermenêutica", ou seja, a mútua iluminação entre o acontecimento fundamental (primeiro) e o acontecimento derivado, ou ainda entre o primeiro e a sua "palavra". Por exemplo, se a Igreja Primitiva interpretou Jesus a partir das Escrituras, estava também interpretando as Escrituras a partir do acontecimento de Jesus (acontecimento: Jesus; palavra: NT). Em termos práticos, pode-se tentar uma conciliação entre partes aparentemente contrárias. Se o Dêutero-Isaías fala no capítulo 61 sobre uma pessoa sobre a qual repousa o Espírito do Senhor para libertar cativos, curar aflitos, tirar cegos da escuridão e apregoar o ano aceitável do Senhor, ele pode estar falando de si mesmo como pessoa, ou até mesmo do povo liberto do cativo da Babilônia para exercer esse ministério diante dos povos, ou até mesmo de um outro profeta (o que é menos provável). Entretanto, nada há que impeça o texto a ter uma nova leitura na pessoa de Jesus Cristo, mas sempre de forma tal que venha a parecer que o Dêutero-Isaías estava falando para uma outra época, a do porvir, onde sua pregação teria um sentido de vaticínio. É o que temos em Lucas 4, onde Jesus afirma que "se cumpriu hoje" diante das pessoas ali presentes o que falara o profeta. "Desobedecendo" um pouco a idéia de que profecia cumprida jamais se repete, nada há que impeça a interpretação de que no mundo hodierno, a Igreja de Jesus Cristo deve assumir o ministério que no AT pertenceu ao profeta ou à sua comunidade e que no NT cumpriu-se em Jesus Cristo.

4 - PARTES BÁSICAS DA HERMENÊUTICA BÍBLICA

O estudo da Hermenêutica requer um adequado conhecimento de seus elementos fundamentais. São esses elementos que comporão cada etapa do processo de interpretação e aplicação do texto em estudo. Conforme apresentado na Introdução do presente trabalho, são três as partes básicas da Hermenêutica, voltadas para o sentido do texto: A Noemática (do grego noema, "pensamento, sentido") aponta o sentido presente no texto; a Heurística (do grego eurisko, "achar, encontrar") estuda as ferramentas utilizadas para se determinar o sentido do texto; e a Proforística (do grego profero, "mostrar, expor") trabalha com o modo, a maneira, de expor os sentidos contidos na Bíblia.

4.1. Noemática

Para a compreensão deste elemento, é imprescindível o entendimento do conceito de SENTIDO, bem como a sua distinção de SIGNIFICADO: enquanto este é o que uma palavra, em seu valor denotativo, pode significar, aquele é o significado que a palavra recebe pelo influxo do autor ou mesmo até do intérprete. Segundo Georges Mounin, citado por Fernando

Castin, 38 o sentido é o valor preciso que um significado adquire num contexto. Pierre Guiraud, também citado por Castin no mesmo texto, defende a dinâmica das relações da palavra com as outras palavras do contexto. Tais relações são determinadas pela estrutura do sistema lingüístico, o que equivale a dizer que palavras isoladas não possuem sentido mas significado, somente adquirindo sentido dentro de um determinado contexto. Um exemplo disto pode ser visto no provérbio "Quem tem boca vai a Roma ". O significado das palavras isoladas nos traz uma frase sem nexo, mas o valor que cada palavra adquire na frase nos levará a um sentido, qual seja: podemos ir a qualquer lugar desconhecido e longínquo desde que estejamos dispostos a pedir orientação ou a perguntar.

Entrando no campo bíblico, chegamos à histórica questão hermenêutica da busca do sentido original do texto, o que deu origem às célebres controvérsias entre interpretação alegórica e literal, e às mais variadas propostas quanto à multiplicidade dos sentidos do texto bíblico: sentidos anagógico, tropológico, escatológico, etc. Uma das tendências hermenêuticas é achar que só existe na Bíblia um único sentido, o literal, seja ele próprio ou metafórico. Por sentido literal entende-se aquele sentido do domínio direto e consciente do autor em seu momento histórico. É aquilo que ele intenta dizer independente da forma (estilo, gênero, etc.); por exemplo: O cordeiro pascal em Ex. 12:3 e em Jo. 1:29 deve ser entendido em sentido literal; em ambos os casos, a palavra cordeiro tem um só significado (o animal sacrificado no rito de expiação) e um só sentido, embora próprio no primeiro caso e metafórico no segundo. Como fundamento, admite-se que se Deus fala aos homens através da Escritura, Ele o faz através de homens que, por sua vez, não escreveram para não dizer nada, mas possuem uma intenção através das palavras que usam.

Entretanto, outros teólogos defendem, ao lado deste, um outro sentido literal chamado de pleno, também conhecido como *sensus plenior*. Compreende-se aqui que Deus coloca uma consistência mais profunda no conteúdo expresso pelo autor, ainda que seu pensamento se limite ao seu momento histórico, pois o sentido pleno está fora do seu alcance intelectual ou visual. O *sensus plenior* não é, portanto, do domínio do autor. Algumas das profecias messiânicas encontradas em Isaías e em Malaquias são interpretadas a partir do *sensus plenior*, cujas características gerais são as seguintes:

- Está incluído na letra do texto, apesar de ser desconhecido do escritor;
- É da alçada divina e de sua intenção;
- Só pode ser descoberto à luz de uma revelação ou ensinamento posterior;
- É homogêneo em seu conteúdo.

Manuel de Tuya e Jose Salguero apresentam um exemplo de homogeneidade do sentido pleno: Em Sl. 2:7 a expressão "Tu és meu filho; hoje te gerei" tem relação com a entronização do messias vetero-testamentário. Entretanto, o sentido pleno do texto encontra-se centrado na pessoa de Jesus Cristo em três textos do NT, nos quais os sentidos são polivalentes e divergentes (quanto ao significado), embora homogêneos no sentido: Em At. 13:33, alude-se à ressurreição de Cristo; em Hb. 1:5 à divindade de Cristo e em Hb. 5:5 à sua posição de superioridade em relação ao modelo humano representado pelo sumo-sacerdote.

Outra tendência é indicar, além do sentido literal, o sentido "típico" das Escrituras. O tipo é uma espécie de metáfora que não consiste meramente em palavras mas em atos, pessoas ou objetos que designam semelhantes atos, pessoas ou objetos no porvir, apontando, portanto, para uma realidade futura. Foi bastante enfatizado pelos pais apostólicos. De acordo com Tuya e Salguero são necessárias para a configuração do sentido típico, as seguintes características:

- Uma realidade histórica ou literária. O fundamento do tipo possui uma realidade histórica anterior, independente do próprio tipo, realidade essa que, utilizada por Deus, vem a significar outra coisa. Por exemplo, a serpente levantada no deserto (Nm.21:9 e Jo. 3:14). Do ponto de vista literário aparece um texto curioso que, contrariando o padrão judaico de narrativa sobre um personagem histórico no qual o personagem é sempre

identificado pela sua genealogia, apresenta Melquisedeque apenas como "rei de Salém" e sacerdote do Deus altíssimo "(Gn. 14:18). Por conta disto, o NT o apresenta como "tipo" do sacerdócio eterno de Cristo (Hb. 7:3) pois se "assemelha" (do grego *afomoiomenos*) ao Filho de Deus. É natural que Melquisedeque tivesse pai e mãe pois foi sacerdote e rei, entretanto o texto omite essa informação. Por isso a relação de um texto com o outro torna-se espiritual.

- A partir desta idéia, se requer uma semelhança entre o tipo e o antítipo. O tipo deve ser uma imagem sensível e menos perfeita que a realidade espiritual que ilustra, o que significa dizer que existe uma relação de proporção e análoga entre eles. Esta analogia não significa que deve haver uma adequação entre o tipo e o antítipo em todas as suas partes. Um só aspecto dessa relação basta para caracterizar esta tipologia (comparar Ex. 12:46 com Nm. 9:12 e Jo. 19:33-36).
- A mais importante característica do tipo está no fato de que a realidade que ele representa vem da sobrenatural escolha de Deus. O escritor não tem como ou por que saber se o que ele escreve é usado por Deus para representar outra realidade no futuro.

Em suma, o sentido literal não significa necessariamente literalismo (leitura ao pé da letra) mas aquilo que o autor quis efetivamente dizer, usando para isto palavras no seu sentido denotativo ou de forma retórica, lançando mão das figuras de linguagem, numa espécie de "sentido literal-figurado". Por isso torna-se importante o conhecimento dos tipos mais frequentes de figuras de linguagem existentes no texto bíblico:

- Metáfora ("levar mais além") - é uma figura comparativa na qual um objeto é assemelhado a outro, afirmando ser o outro ou falando de si como se fosse o outro, ressaltando assim suas qualidades ou características (Is. 40:6; Sl. 18:2; Mt. 5:13; Lc. 13:32; Jo. 6:48; Jo. 10:7 e 9; Jo. 10:11 e 14). São considerados como tipos secundários de metáforas os antropomorfismos e os antropopatismos. Nos primeiros atribui-se a Deus formas humanas e atividades físicas (Sl. 33:18; Sl. 34:16; Tg. 5:4); nos últimos atribui-se a Deus sentimentos e paixões humanas (Gn. 6:6; Dt. 13:17; Ef. 4:30).
- Símile - é uma figura comparativa na qual um objeto é assemelhado a outro, existindo aí a cláusula comparativa ("como", "tal qual", "assim como", "tal como"). Na metáfora a comparação está implícita e na símile, explícita. Assim, em I Pd. 1:24 temos uma símile e em Is. 40:6 uma metáfora. Outros exemplos de símile podem ser encontrados em Lc. 10:3 e Sl. 1:3-4.
- Metonímia (metonomazo - "denominar de outra maneira") - emprega-se esta figura quando a causa é tomada pelo efeito ou vice-versa, ou o símbolo pela realidade que ele indica. Baseia-se numa relação mental. Por exemplo, em Lc. 16:29 o termo "Moisés e os profetas" significa o conjunto de textos do AT; em I Co. 10:21 o termo "cálice do Senhor" refere-se ao conteúdo do cálice mas não ao cálice em si mesmo; em At. 7:8 a circuncisão é chamada de concerto porque é um sinal do concerto; em I Jo. 1:7 a palavra "sangue" indica toda a paixão e morte expiatória.
- Sinédoque ("receber juntamente") - é a substituição da parte pelo todo ou do todo pela parte. Assemelha-se à metonímia mas a relação em que se encontra é mais física que mental. Por exemplo, em Lc. 2:1 "todo o mundo..." se refere apenas à parte do mundo que César Augusto governava, ou seja, o Império Romano; em Pv. 1:16 a sentença "os seus pés correm para o mal" não significa que apenas os pés deles correm para o mal mas

eles mesmos. Os pés são a parte que representa o todo – “eles”. Outros textos: Rm. 1:16; 16:3-4.

- Prosopopéia - usa-se esta figura quando se personificam as coisas inanimadas atribuindo-lhes ações de pessoas. Exemplos: Sl. 85:10-11; Is. 35:1; I Co. 15:55; Tg. 5:4; I Pd. 2:8.
- Eufemismo - consiste na substituição de uma expressão desagradável, pesada ou injuriosa por outra inócua ou suave. A Bíblia fala da morte dos cristãos como um adormecimento (Ex.1:5, Is.6:2b, Ez.16:26, At. 7:60 e I Ts. 4:13-15). Eufemismos podem também ocorrer nas traduções e não apenas no texto original (o termo esterco – “peresh” traduzido por “imundície” em Mt.2:3)
- Hipérbole (hiperballos - “sobrepor, colocar acima”) - apresenta uma coisa grandemente aumentada ou grandemente diminuída do seu tamanho real para apresentá-la viva à imaginação (I Samuel 18:7; Sl. 6:6; Sl. 119:136; Miquéias 6:7; Mt. 23:24; Mc. 10:25; Lc. 6:42; Jo. 21:25). Algumas vezes quando a hipérbole reduz demasiadamente ou deprecia, como em Nm. 13:33 e I Co. 15:9, recebe o nome “lilote”.
- Ironia (do grego eironela - “simulação”) - faz-se uso da ironia quando se expressa o contrário do que se quer dizer mas sempre de tal modo que se faz ressaltar o sentido verdadeiro. A ironia é uma maneira de ridicularizar indiretamente sob a forma de elogio. Com frequência vem marcada pelo tom de voz de quem fala, o que torna difícil, às vezes, distinguir uma ironia num texto a não ser que o contexto ajude. Exemplos: II Sm. 6:20; I Rs. 18:27; Jó 12:2; Am. 4:4-5; II Co. 11:5.
- Pleonasm - consiste na repetição de palavras ou no acréscimo de palavras semelhantes que em nossa língua parecem redundantes. Exemplos: Jó 42:5; Mt. 2:10; At. 2:30).
- Paradoxo - é uma afirmação aparentemente absurda e contrária ao bom senso. Caracteriza-se pela união de duas idéias opostas numa mesma sentença de forma proposital. Por isso não é o mesmo que contradição. Exemplo: Mc. 8:35.
- Paronomásia - Consiste no emprego das mesmas palavras ou de palavras de sons semelhantes para produzir sentidos diferentes. Às vezes é chamada de “jogo de palavras” ou “trocadilho”. Ex. Mt. 8:22; É muito bonita quando aparece na língua original. Por exemplo, Isaías utilizou palavras de sons parecidos para produzir um impacto verbal nos ouvintes ou leitores de Is. 5:7. Nesse texto, o Senhor buscava “juízo”.

Além do conhecimento das figuras de linguagem, torna-se igualmente importante o estudo dos diferentes gêneros literários e de sua utilização no texto das escrituras. Por gêneros literários entende-se o modo de expor por escrito um pensamento. Em geral, estão ligados a grupos de textos maiores, sejam orações ou unidades distintas. O pressuposto que fundamenta o estudo dos gêneros literários é a concepção de que o autor se expressa dentro das categorias literárias que lhe sejam comuns, familiares e adequadas ao seu propósito. Quando se estuda a cultura de um povo percebe-se que quando ele tem algo a dizer sobre si mesmo e sobre os seus dramas ele o faz sempre dentro de formas próprias nas quais possa entender-se e ser entendido. Existe melhor forma de entender o drama do homem nordestino senão pela literatura de cordel? Assim também o drama teológico do homem bíblico, expresso dentro de várias formas (aqui uma contribuição da crítica das formas) e gêneros literários. Entretanto, persiste a tentativa de tentar “salvar” o texto bíblico desses gêneros com o objetivo de perpetuar determinadas posturas teológicas ou de proteger aquilo

que se pretende por "Palavra de Deus", sempre na ótica de grupos ou pessoas que demonstram ter o monopólio da verdade unívoca.

Os gêneros literários são mais caracterizados na forma de orações e textos maiores, entretanto há alguns que os classificam também em unidades menores, quer sejam palavras ou frases. Este último estudo foi feito no item anterior, o qual trata das figuras de linguagem ou de retórica. No que diz respeito às unidades maiores, os principais gêneros literários são os seguintes:

Parábola (do grego parabálllein - "colocar junto, confrontar") - É um tipo de história criada a partir de uma montagem feita pelo autor com base em fatos fictícios em um cenário extraído da vida real, sempre com o objetivo de ilustrar uma verdade moral ou espiritual, utilizando como recurso principal a comparação, às vezes implícita no texto, outras vezes explícita (a cláusula "O reino dos céus é semelhante ..."). Devido ao fato da parábola estar montada sempre na égide da verdade central, deve-se tomar bastante cuidado ao usar os detalhes que compõem a história para criar doutrinas e ensinamentos, quer seja através da alegorização, quer seja pela comparação direta (O local onde estavam o rico e Lázaro é o mesmo Sheol do AT ou o mesmo inferno e céu do NT? - Lc.16:19 ss).

- Alegoria (do grego Allos-agoreúo - "dizer outra coisa") - Consiste em um conjunto de várias metáforas ou uma metáfora continuada numa narrativa em que as expressões adquirem sentido figurado sempre por intenção do autor. Muitas vezes confunde-se a Parábola com a Alegoria. Na Parábola, o autor mostra-se interessado em comparar ou assemelhar de forma clara e explícita (símile ampliado), enquanto que na Alegoria, o sentido ao qual quer se referir o autor está implícito, residente nos elementos que usa de forma figurada (metáfora ampliada). Uma segunda distinção é que enquanto a Parábola possui geralmente um só elemento principal de comparação, a Alegoria contém vários (Vide Sl. 80:8-16); em terceiro lugar, enquanto a Parábola apresenta um evento factível, na Alegoria não há essa caracterização. Outros textos: Ezequiel 17:1-10; Is. 5:1 ss; Mt. 3:12; 23:4;
- Fábula - É uma narrativa que se caracteriza principalmente pela atribuição de qualidades humanas a seres irracionais ou mesmo inanimados. Há sempre na Fábula a preocupação com a emissão de um juízo de valor ou de um ensinamento moral. Exemplos: Dt. 9:8-15; II Rs. 14:9; II Cr. 25:18. No que diz respeito ao estudo de unidades de texto ainda maiores, alguns textos formando livros inteiros, observa-se a existência de diversos gêneros literários, dos quais pode-se relacionar os mais freqüentes:
- Jurídico ou Nomístico - Associado a uma boa parte dos cinco primeiros livros da Bíblia. Esses textos compreendem dois tipos de leis: apodíticas e casuísticas. Nas leis apodíticas, os mandamentos são iniciados com uma cláusula proibitiva - a palavra não - como acontece no Decálogo (Ex. 20:3-17). Nas sentenças casuísticas, as leis são apresentadas por uma condição que origina determinada situação. São leis dadas para situações específicas (Lv. 20:9-18, 21; Dt. 15:7-17).
- Narrativo - Neste gênero, tem-se uma espécie de história, cuja idéia não é mesma da maneira de se fazer história própria do historiador moderno, o qual trabalha a partir de uma visão científica. Na narrativa bíblica a história é contada com o intuito de transmitir uma mensagem, uma teologia. Por exemplo, um leitor desavisado crerá que I e II Crônicas são uma cópia idêntica do texto de II Samuel, principalmente no que diz respeito à vida de Davi. Ora, lendo os capítulos 11 a 21 de II Samuel tem-se um claro sentido de que ao relatar as falhas de Davi, o autor queria ilustrar o fato de que o pecado produz conseqüências devastadoras, combinando com a mensagem dos livros de Deuteronômio e I e II Reis, os quais foram produzidos num

ambiente de culpa dos exilados na Babilônia quando se via na infidelidade espiritual do povo a causa principal da catástrofe de 586 a.C. Entretanto, I e II Crônicas omitem os pecados de Davi, dando ênfase ao seu fulgor real, aos sacerdotes e ao templo. Essas obras se encaixam perfeitamente numa época de restauração física e espiritual dos judeus, no retorno do cativo babilônico, quando o povo se queixava da perda de seus símbolos nacionais, conforme está implícito em Ag. 2:3. I e II Crônicas encorajam o povo a manter-se na fidelidade ao Senhor, na promessa de que a linhagem de Davi e o templo seriam preservados.

Existem vários tipos de narrativas, dentre as quais se destacam: Epopéia, Épico, Etiologia e Tragédia. Na Epopéia aparece a narrativa sobre os feitos e a vida de um herói nacional ou protagonista, uma pessoa que por vezes torna-se padrão para os outros como por exemplo, Abraão, Gideão e Davi. No gênero épico aparecem as narrativas contendo uma série de episódios centralizados numa pessoa ou num grupo de pessoas com façanhas militares e eventos de milagres. Um bom exemplo é o período de peregrinação dos israelitas no deserto e a conquista de Canaã. A Etiologia é uma narrativa cujo propósito é o de justificar uma realidade a partir de causas encontradas em tradições orais bem antigas. Para justificar o domínio sobre os cananeus, os israelitas incluíram em sua narrativa das origens o episódio da nudez de Noé e da maldição imposta a Cam e sua descendência, conforme Gn.9:22-27. Existem etiologias ligadas ao culto para explicar a importância de lugares sagrados. Já a Tragédia é a história da decadência de um indivíduo, do apogeu ao desastre (Sansão, Saul e Salomão).

- Poético - Não se pode limitar a poesia hebraica apenas aos livros de Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes e
- Cânticos. Há poesia no Pentatêuco e também nos livros proféticos. Na poesia ocidental existe a força da métrica e da rima; na poesia oriental repetição e ritmo se unem para tornar uma passagem duplamente memorável. A esta característica dá-se o nome de Paralelismo, muito comum no livro de Provérbios. Observa-se no texto bíblico vários tipos de Paralelismo dentre os quais destacam-se o sinônimo, o antitético e o sintético. No Paralelismo sinônimo duas sentenças repetem com palavras diferentes uma mesma idéia na mesma ênfase e sentido (Pv. 5:1); no Paralelismo antitético, a segunda sentença apresenta uma declaração oposta à primeira, mas sempre numa relação dimetral (Pv. 10:1); no Paralelismo sintético, uma segunda ou terceira sentença complementam a idéia da primeira, levando-a adiante sem repeti-la com palavras diferentes (Sl. 27:1; 1:3; 103:1).
- Apocalíptico - Carregado de simbolismos, imagens, visões e revelações, este tipo de literatura aparecia com mais frequência em momentos de grande perseguição contra judeus ou cristãos. Nele percebe-se um estado de tensão entre justos e ímpios, reino de Deus e reino dos homens, com resultados de recompensa para ambos. No AT aparece nos livros de Daniel e Zacarias e no NT, no Apocalipse de João. Entretanto, no período intertestamentário, houve uma proliferação deste tipo de literatura aparecendo livros tais como o de Henoc e outros considerados pseudepígrafos. A literatura apocalíptica, muito mais que previsões, contém verdadeiros tratados de fé com o objetivo de confortar os fiéis perseguidos e exortá-los a permanecerem firmes. Em síntese, o apocalipse é um documento da resistência dos fiéis.
- Sapiencial - Alguns podem confundir poesia com sabedoria. Toda literatura sapiencial tem caráter poético, mas nem todo texto poético pertence à literatura sapiencial. Pode-se encontrar um tipo de sabedoria dos simples, a sabedoria cotidiana (Provérbios); uma sabedoria que reflete a crise da idéia

de Deus (Jó) ; uma sabedoria que reflete a crise na própria sabedoria (Eclesiastes). Muito mais do que os profetas, os sábios incomodaram as estruturas religiosas do seu tempo e até hoje incomodam àqueles que realizam uma leitura moralista do AT.

- Evangelhos (do grego euangelion - "boa notícia") - Essas narrativas não podem ser consideradas simplesmente como uma biografia de Jesus e, por isso, históricas sob o ponto de vista estrito da palavra "história". Isso fica evidente na conclusão do Evangelho de João (21:25). Aqui o verdadeiro Jesus é o Cristo, Filho de Deus. Os evangelhos contêm algum material biográfico sobre Jesus, mas apresentam muito mais o que ele significou para a comunidade que guardou as suas palavras e o conteúdo de doutrina que dele ficou (Lc. 1:1-4). Representam, na verdade, a pregação sobre Jesus Cristo encarnada na atividade da Igreja primitiva, com ações de louvor.
- Epistolar - Esse tipo de literatura era muito comum no império romano e tornou-se depois útil dentro dos objetivos canônicos. Uma epístola não é simplesmente uma carta, que é mais curta em seu conteúdo e tem um caráter pessoal. Numa epístola, existe uma variedade de temas, abordados de maneira sistemática, na forma de uma circular dirigida a várias comunidades. A epístola aos Gálatas por exemplo, é dirigida não apenas a uma comunidade mas às igrejas da Galácia. Entretanto, a prática de algumas igrejas de usarem coletivamente cartas menores dirigidas a indivíduos (Por exemplo, a carta de Paulo a Filemom, lida e conservada pela igreja de Colossos) fez desaparecer essa distinção entre carta e epístola, principalmente em virtude da autoridade crescente do apóstolo Paulo sobre essas comunidades.

4.2. Heurística

De acordo com que o próprio termo sugere, a tarefa da Hermenêutica é "encontrar" os sentidos do texto bíblico, mediante procedimentos científicos. Um deles é o da investigação, o qual desembocará na exegese. Diante do texto, o investigador defronta-se com várias questões. É como se o exegeta estivesse perguntando ao texto. As questões que mais se destacam diante do pesquisador são as seguintes:

A. Crítica Textual - O que há de mais original no texto? O texto atual é resultado de um desenvolvimento redacional? As variantes encontradas são acidentais ou substanciais?
41

B. Autoria do livro - Através do estilo literário e do conteúdo do livro, coletam-se dados que podem conduzir ao autor do livro (ou autores), seu meio ambiente, sua família, tendências teológicas, sua profissão, sua cultura. São notáveis a diferenças entre o linguajar poético do autor do livro de Jó, o estilo rústico e agressivo de Amós e Jeremias, e linguagem elegante do livro do Profeta Isaías.

C. Época e finalidade do livro - O que estava acontecendo por ocasião da escrita do livro ? Há uma íntima relação entre a ocasião e a finalidade de um texto pois não há texto sem propósito. O que pode acusar a época e a finalidade do livro está dentro do próprio texto. A partir da insistência do uso de alguns termos, mesmo que não seja uma indicação explícita da intenção do autor, pode-se perceber uma finalidade que, por sua vez, indica um drama de época. Por exemplo, as várias referências à Lei, aos "rudimentos do mundo" e à escravidão que a Lei provoca , revelam em Gálatas uma clara intenção de resolver os problemas e estragos causados pela infiltração de judaizantes na igreja primitiva. Outras vezes o autor indica de forma clara e explícita a sua finalidade ao escrever o livro, como em Pv.1: 1-6, Lc.1:1-4 e Jo. 20:30-31.

D. Condições ambientais do autor - O autor é filho de seu tempo e do ambiente em que vive. Expressa-se numa mentalidade correspondente a si e aos seus leitores. Por sua vez, essa mentalidade reproduz determinadas condições ambientais, que podem ser de natureza cultural, físico-geográfica e histórica. Do ponto de vista cultural, por exemplo, é imprescindível o estudo da língua e do estilo literário para uma correta interpretação do pensamento do autor. Cada língua tem sua própria dinâmica e seus próprios idiomatismos. Outro instrumento importante é o estudo das religiões comparadas. Uma das contribuições desse estudo é a separação entre aquilo que é teológico e aquilo que é cultural dentro de um ponto de vista global. Como exemplo de determinantes físico-geográficos existe a caracterização da Palestina como uma terra seca e estéril, onde a água e a fertilidade eram uma necessidade constante. A relação entre o homem e a terra passa de geográfica para religiosa. O livro de Gênesis descreve enfaticamente essa relação nos seus primeiros capítulos para falar do pecado das origens com a divinização dos elementos naturais, o que constitui uma reação da religião de Israel contra as propostas da religião agrária dos cananeus.

4.3. Proforística

A Proforística é a terceira parte básica da Hermenêutica e de acordo com o significado do nome no grego (mostrar, expor, levar adiante), sua finalidade é a de expor a Bíblia. Como se expõe as Escrituras? Algumas das formas mais comuns são as seguintes:

A. Versões - Pode parecer estranho que uma tradução da Bíblia seja uma exposição da mesma. A versão se apresenta como uma tradução bem feita, talvez a melhor. Muitas vezes, entretanto, está a serviço de uma determinada tendência hermenêutica. Já foi visto no primeiro capítulo como a Septuaginta e os Targumim fizeram esse papel. Um outro exemplo muito interessante, mais para dentro do nosso tempo é o Salmo 116:15 onde a palavra "preciosa" pode sugerir um real interesse de Deus pela morte do fiel, quando no original indica mais um alto custo ou uma tristeza de Deus por estar agora "perdendo" o contato com o fiel pela sua morte (conforme doutrina do Sheol no AT). Aqui, um real interesse em ligar o Salmo à expectativa cristã da ressurreição e do encontro com Cristo após a morte do fiel, não existente no texto original. Outro bom exemplo é a tradução da palavra hebraica " 'al'mah" – mulher jovem, moça em Is.7.14 por virgem que em hebraico é "na'arah". Menciono ainda um arranjo na numeração de versículos separadas por unidades vistas em alguns textos como por exemplo em Ef.5.21-22. Como exercício, observe as diferenças deste texto nas versões NVI, ALMEIDA, NTLH, BJ e outras.

Muitas vezes o pesquisador percebe que o texto foi modificado substancialmente em função de acréscimos ou de retiradas ou modificações feitas no decorrer da história. Constata isto geralmente quando possui duas ou mais cópias de manuscritos do mesmo texto. Geralmente aí vê-se uma série de interesses de ordem teológica ou particular. Entretanto, muitas vezes ocorrem devido a acidentes, ou seja, falhas de copistas quando da ocasião de transcrição de textos de um manuscrito antigo para outro novo.

B. Comentários - É uma forma sistemática de estudo e de exposição de um livro bíblico ou de parte dele. Aí se lança mão de vários recursos, alguns deles já expostos no estudo sobre Noemática e Heurística. Os comentários representam posições teológicas de pessoas ou escolas de estudos bíblicos das mais diversas tendências hermenêuticas. Cada vez mais instituições procuram um maior aprofundamento, principalmente nas questões lingüísticas-históricas visando a uma interpretação mais próxima do sentido do texto. Outras formas de comentários são as chamadas notas de rodapé constantes em bíblias especiais ou bíblias de estudo. Percebe-se, por exemplo, na Bíblia de Scofield, uma inclinação tendenciosa em suas notas (em Daniel, Ezequiel, Mateus e Apocalipse, entre outros) para a defesa de uma escatologia de tendência dispensacionalista, futurista e pré-milenista. Um outro exemplo interessante é a nota de rodapé da Bíblia de Jerusalém, um dos mais importantes textos surgidos nas últimas décadas, para o texto de Mt. 1:25, no qual se percebe uma determinante dogmática sobre a interpretação do mesmo.

C. Teologia Bíblica - Alguns acham que a teologia bíblica não é uma interpretação em si, mas o resultado da interpretação. Entretanto isso pode ser questionável, pois "fazer

Teologia" significa também interpretar. Aquilo que se chama de forma analítica da teologia bíblica é o caminhar histórico e evolutivo da exposição da temática religiosa e bíblica, separando a Teologia bíblica em partes e unidades distintas e independentes. Assim, os escritores são vistos como intérpretes e teólogos ao mesmo tempo. Outra forma de teologia segue o método lógico, o qual está relacionado com os sistemas nos quais a Teologia é apresentada, existindo assim o chamado elemento doutrinário ou dogmático.

5 - DESAFIOS DA HERMENÊUTICA PARA OS NOSSOS DIAS

Para Augusto Nicodemus um dos desafios atuais da Hermenêutica é saber até que ponto as ferramentas do método histórico-crítico podem ser úteis na interpretação do texto sagrado visto que utilizam pressupostos por vezes antagônicos à convicção de que a Bíblia é a Palavra de Deus. Um desses exemplos é a busca pelo Jesus histórico. A leitura dos evangelhos dentro dessa ótica sem a tradicional roupagem moralista geralmente atribuída a Jesus, tira muitos mitos sobre o Cristo-homem e, de uma certa forma, deixa para trás o dogma e a Teologia Sistemática. Nessa abordagem se conhece o Cristo que desafiou estruturas familiares e sociais : ele rejeita o casamento, deixa sua família e sai pelo mundo reunindo pessoas que escolhe como seus familiares; o Cristo amigo do povo, dos excluídos e dos bem-de-vida: seus amigos são cobradores de impostos (inimigos dos judeus), homens ricos, pescadores, bebedores e prostitutas; o Cristo nada "religioso", ou seja, que desafia estruturas da religião constituída : ele cura e desafia o monopólio da religião dominada pelos sacerdotes e pelos escribas. É o Cristo do sorriso que afaga crianças e as toma em seus braços; mas também é o Cristo aborrecido que expulsa cambistas do templo. Esse Cristo é Senhor. Como conciliar essas tendências e como aplicá-las hoje, construindo pontes de relação entre a situação enfrentada por Jesus e a situação que ora enfrentamos? Poder-se-ia aqui traçar algumas linhas de tratamento para o problema:

- Com grande probabilidade, pode-se encontrar tanto no método histórico-crítico quanto na proposta bíblicista elementos positivos em suas respectivas propostas hermenêuticas, desde que não haja um radicalismo de ambas as partes. Trabalhos como o de Gerhard Maier⁴³ tem mostrado algumas deficiências do método histórico-crítico a partir da realidade alemã. É a luta entre o conceito "razão" e a "Palavra de Deus".
- O relativismo teológico tem se constituído em um dos principais resultados finais do método histórico-crítico e também num elemento questionador da proposta de formação de igrejas devidamente fundamentadas em doutrinas bíblicas. A necessidade de um esteio, um "cânon espiritual" não tem servido apenas como fator de segurança individual do crente em sua fé, mas também a nível coletivo, no sentido de identificar o grupo diante da secularidade, sendo útil inclusive para servir de referencial ao não-crente.
- Entretanto, não há como menosprezar os resultados da pesquisa histórico-crítica. É praticamente impossível negar a falta da unidade "doutrinária" existente nos testamentos, quer seja do testamento em relação a si mesmo, quer seja de um testamento em relação ao outro testamento. É óbvio, por exemplo, que os próprios profetas, porta-vozes de Deus, se encontravam sempre na tarefa nova de contestar posturas doutrinárias antigas que, por vezes, eram utilizadas para legitimar posturas antiéticas do povo que ia sob o nome do Senhor. São notórias as posturas de alguns profetas contra o sacrifício (Is. 1:11-12), o cerimonialismo (Is. 1:13-14), a eleição de Israel (Am. 3:1-2 e 6:1; Am. 9:7 contrariando Jeremias 47:4), o Dia do Senhor como dia do favor divino ao seu povo (Am. 5:18). É igualmente significativo como o livro de Jó questiona a íntegra da doutrina da retribuição e do

individualismo ético, entrevisto em Ezequiel 18, o qual, por sua vez, representa uma reação contra antigos pressupostos do Anátema⁴⁴ e da Guerra Santa. Pode-se assumir, entretanto, que a Bíblia possui uma unidade central de tema: o que se vê de Gênesis a Apocalipse é a idéia de um Deus que ama o ser humano e que vai buscá-lo em sua indignidade e de um ser humano que foge desse Deus e de seu amor.

- Provavelmente, um dos maiores desafios da Hermenêutica para os tempos hodiernos é a leitura de "conveniência" que existe da Bíblia. Esse tipo de leitura é seletiva e parte, quase sempre, de idéias pré-concebidas. Por exemplo, como ler o texto dos "Cântico dos Cânticos"? Alegoricamente ou naturalmente ? ⁴⁵ É alegórico quando fere o pudor moralista; é natural quando se precisa de um argumento litúrgico-especial, uma cerimônia de casamento. Outro elemento, o da Teologia da Prosperidade, é quase sempre um discurso nos lábios de pessoas que atingiram situação econômica privilegiada e sentimento de culpa para aqueles que ainda não saíram do ocaso financeiro ou ainda que não "digeriram" o ser parte de uma classe média decadente.
- Dessa leitura advém um problema, o do conflito entre a complacência da aceitação das opiniões dos outros de uma espécie de "ditadura da mídia", que impõe o "politicamente correto", e aquilo que a Bíblia ensina nas suas bases de fé (graça, culpa, condenação eterna, salvação, arrependimento, mudança de vida, santidade, etc)
- Gostaria de deixar alguns temas para discussão em classe. Entre eles, o problema da "razão sensível" (questão estética). Os desafios de um mundo globalizado e transcultural movido cada vez mais pelas informações obtidas da Internet. A necessidade de uma releitura do princípio do "Sola Scriptura" e a leitura fixista da Bíblia cada vez mais comum nos meios fundamentalistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BENTHO, Esdras Costa. Hermenêutica Fácil e Descomplicada. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.